



Caderno de
RESULTADOS
EDIÇÃO 2013-2016



unicef  para cada criança



CADERNO DE **RESULTADOS** **EDIÇÃO 2013-2016**

Redução de desigualdades e avanços nos
direitos de crianças e adolescentes em
municípios do Semiárido e da Amazônia



Ficha Técnica

Realização

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF

Representante do UNICEF no Brasil

Florence Bauer

Representante Adjunta do UNICEF no Brasil

Esperanza Vives

Coordenador do Programa de Melhoria da Qualidade das Políticas Públicas

Mario Volpi

Coordenadora do Território da Amazônia

Anyoli Sanabria

Coordenador do Território do Semiárido

Robert Gass

Escritório da Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510 – Bloco A – 2º andar Brasília, DF – 60750-521

www.unicef.org.br – brasil@unicef.org

Caderno de Resultados do Selo UNICEF – Edição 2013-2016

Desenvolvimento

UNICEF Brasil e P&B Comunicação

Redação e edição

Fabiana Pereira e Solange A. Barreira

Coordenação e revisão

Ida Pietricovsky Oliveira e Bruno Viécili

Projeto gráfico, edição de arte e infografia

Alex Silva Design

Diagramação e assistência de arte

Ronald Capristo Trapino

Fotos

Márcia Alves (todas as fotos); UNICEF (p. 5); Rayssa Coe (p. 36); Jackson Souza (p. 67); João Paulo Martins (p. 77, no alto)

Agradecimentos

Agradecimentos especiais às equipes dos governos e municípios dos estados do Semiárido e da Amazônia pelas contribuições à edição 2013-2016 do Selo UNICEF.

A reprodução do conteúdo desta publicação, na íntegra ou em parte, é permitida, desde que conste menção de crédito ao UNICEF.

Apresentação

Somente quem viveu a emoção de realizar o Selo UNICEF entende o significado deste Caderno e a importância de apresentar os impactos produzidos sobre a vida de crianças e adolescentes em mais da metade do território brasileiro. Por isso esta publicação nos é tão especial, pois o UNICEF entende que ninguém sozinho é capaz de responder às imensas demandas relacionadas à implementação das políticas públicas para a infância e a adolescência.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, o instrumento de direitos humanos mais aceito da história, confere ao UNICEF o papel de monitorar a situação da infância e adolescência para assegurar que seus direitos sejam garantidos. Por isso busca colocar as crianças e os adolescentes no coração da agenda política, contribuindo para que o Brasil esteja mais próximo de garantir os direitos dessa população e construir um presente e um futuro melhores para todo o país. No Brasil, o UNICEF desenvolve, desde 1999, o Selo UNICEF, uma iniciativa para estimular políticas públicas eficazes para os direitos da infância e adolescência exatamente onde esses direitos são acessados: nos municípios.

O exercício de revisitar as iniciativas realizadas é muito mais do que um registro. Parte de uma prática mais ampla desenvolvida pelo UNICEF, que chamamos de gestão por resultados. Tudo começa a partir de um diagnóstico da situação, identificação de gargalos e o porquê das desigualdades encontradas, chegando à definição de uma proposta com objetivos e resultados esperados e critérios de monitoramento e avaliação. Esta publicação é, portanto, o fechamento do Selo UNICEF – Edição 2013-2016, como parte de um ciclo virtuoso de práticas exitosas na realização dos direitos de crianças e adolescentes.

Todo este ciclo é a essência do Selo UNICEF. Traz muito mais do que resultados, como se verá nesta publicação. Traz emoção, engajamento e responsabilização. Os avanços observados nas últimas edições do Selo UNICEF revelam que há uma superposição de vulnerabilidades e revelam a importância do trabalho intersetorial e integrado. Mas, mesmo assim, os 504 municípios mostraram que as melhorias são possíveis, sobretudo quando há ações articuladas.

A cada história contada, em cada resultado obtido, há por trás uma prefeitura engajada, equipes comprometidas e uma comunidade mobilizada. Essa perspectiva de enfrentamento dos problemas em conjunto contribui para que os municípios possam ir além do mero olhar sobre as carências de recursos humanos e financeiros, busquem também entender os fatores que produzem a exclusão social – territorial, étnica e racial, geracional etc. – e possam atuar de forma intersetorial e por meio da co-responsabilização, a partir de um trabalho articulado que deve ter por base a vontade e o compromisso político, ético e de valores que coloquem as crianças e os adolescentes no centro da agenda política.

Portanto, eu convido a você, técnico, gestor municipal, liderança comunitária e adolescente que já participaram do Selo UNICEF, a se ver e se reconhecer no trabalho aqui descrito. E aqui vão meus parabéns a cada pessoa que esteve envolvida neste imenso trabalho, muitas das quais fazem de seu cotidiano um compromisso com o fazer social. Também quero registrar parcerias com os governos estaduais, organizações e empresas que acreditaram e continuam acreditando no Selo UNICEF.

Aos que ainda não conhecem o Selo UNICEF, também convido para entender e se encantar com o trabalho de milhares de pessoas incansáveis que, nem sempre com as condições necessárias, e junto conosco, fazem a diferença na vida de cada criança e cada adolescente.

Boa leitura.

Florence Bauer, representante
do UNICEF no Brasil



Sobre este Caderno de Resultados

Este Caderno de Resultados registra o legado da edição 2013-2016 do Selo UNICEF, em que participaram 1.745 municípios de 19 estados da Amazônia Legal brasileira e do Semiárido. E esse legado não se restringe, de maneira alguma, apenas aos 504 municípios que mais avançaram na redução das desigualdades que impactam as crianças e adolescentes e conquistaram o Selo UNICEF ao final do ciclo. Vai muito além: é possível identificar resultados significativos em todos os municípios que participaram de pelo menos parte desta edição. Isso inclui resultados concretos e experiências bem-sucedidas relacionadas ao registro civil de recém-nascidos, à atenção à Primeira Infância, ao acesso e à permanência na escola, à prevenção ao trabalho infantil e à violência, ao estímulo à participação social de adolescentes, ao acesso ao esporte educacional e muito mais.

6

E, para conhecer esses relatos e experiências, nada melhor do que ouvir quem participou diretamente delas: as pessoas em seus municípios. Este Caderno de Resultados reúne relatos, depoimentos e histórias de prefeitos(as), secretários(as) e gestores(as) municipais e estaduais e também de crianças e adolescentes. Afinal, foram eles e elas os(as) protagonistas dessa história e quem de fato fez o Selo UNICEF acontecer. Há ainda registros, indicadores, exemplos de boas práticas e muitas dicas para inspirar outros municípios, equipes dos governos estaduais e comunidade a garantir os direitos das crianças e adolescentes consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança e ratificados pelo Brasil na forma de lei pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outros personagens importantes dessa saga foram os milhares de doadores individuais e os parceiros do setor privado, sem os quais a iniciativa não poderia ter chegado tão longe. O UNICEF registra o agradecimento especial à Celpa, Cemar e Energisa, na Amazônia, e Coelba, Celpe, Cosern, Enel, Fundação Telefônica e Petrobrás, no Semiárido. Sem dúvida, eles também são parte deste Caderno de Resultados e de suas lindas histórias.

Esta publicação é, portanto, a consolidação dos resultados da experiência dos dois territórios e também mais detalhadamente em cada um deles: Amazônia e Semiárido, com suas peculiaridades e desafios que, por vezes, exigem abordagens distintas e inovadoras para alcançar as crianças e adolescentes que mais precisam das políticas públicas.

E destina-se a todos e todas que se interessam pelos direitos de nossos meninos e meninas e que podem e querem fazer ainda mais e melhor por eles e elas. Esperamos que este material possa inspirar mais e mais pessoas para esta causa.



Capítulo 1 – O Selo UNICEF

História de longevidade e alcance

08

09

Capítulo 2 – Evolução de resultados no Semiárido e Amazônia

Por que monitorar indicadores

Adesão e empenho municipal

Efeitos da gestão intersetorial

Metodologia e processos

Plataformas virtuais para acompanhamento dos municípios

Suporte essencial dos governos

12

16

20

20

22

23

25

Capítulo 3 – Semiárido

Menos desigualdade na educação

Queda na distorção idade-série

Todas e todos na escola

Creche e pré-escola

Inclusão de alunos com deficiências

Água de qualidade, banheiro e cozinha na escola

NUCA: conhecer direitos é essencial para garanti-los

Mais cuidados com gestante e bebê

Pré-natal indispensável

Atenção ao nascimento

Semana do Bebê, exemplo de mobilização

Combate ao *Aedes aegypti*

Apoio ao Sistema de Garantia de Direitos

Mobilizações contra o trabalho de crianças

Articuladoras multiplicadoras

Visão sistêmica a serviço dos direitos da criança

26

27

30

31

34

34

35

36

38

40

41

43

44

46

47

47

50

Capítulo 4 – Amazônia

Avanços na gestão

Queda na mortalidade infantil e melhora no pré-natal

Mais investigação de óbitos e registro de nascimento

Cuidado integrado até os 6 anos

Engajamento local nas Semanas do Bebê

Saúde na adolescência e prevenção à gravidez precoce

JUVA: conexão de forças juvenis

Mais conselhos reativados e combate à exploração infantil

Água e esgotos tratados

Eliminação de focos do mosquito da dengue

Menos abandono escolar e distorção idade-série

Creche e pré-escola

52

57

59

61

61

64

65

65

66

70

72

73

75

Capítulo 5 – Novas conquistas exigem novos esforços

Siglas

Parceiros

Municípios certificados

80

80

82



O Selo UNICEF

É nos municípios que milhões de crianças e adolescentes brasileiros constroem laços, vínculos, conexões e desenham seu futuro. A vida acontece em cada bairro, nas casas, escolas, postos de saúde, igrejas, praças. Garantir os direitos dessa população de 0 a 17 anos e reduzir desigualdades é a razão de ser do Selo UNICEF, uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil.

Prefeitos, secretários, técnicos, lideranças sociais, articuladores, governadores, jovens, todos são encorajados à prática da gestão em conjunto, com uma proposta bastante clara: monitorar indicadores oficiais na localidade e, ao mesmo tempo, efetivar a participação das comunidades, crianças e adolescentes na construção e execução das políticas locais.

A cada edição são trabalhados vários direitos. A de 2013-2016 alinhou-se aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) – definidos no ano 2000, por 189 países-membros das Nações Unidas, incluindo o Brasil – e seguiu uma divisão em sete grupos de direitos:

- 1) sobreviver e se desenvolver;
- 2) aprender;
- 3) proteger-se e ser protegido do HIV/ Aids;
- 4) crescer sem violência;
- 5) ser adolescente;
- 6) ser prioridade nas políticas públicas;
- 7) brincar, praticar esportes e se divertir.

Cada grupo tinha: objetivos, um conjunto de indicadores sociais a serem

melhorados e uma lista de ações estratégicas a serem postas em prática (em políticas públicas e participação social), todos eles associados aos ODMs. Estes já estavam em vigor quando a metodologia do Selo UNICEF foi desenvolvida e evoluíram depois para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o Selo UNICEF já em andamento. Tanto ODMs (2000-2015) quanto ODSs (2016-2030) são parte da Agenda 2030, um plano de ação das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável do mundo, nas dimensões econômica, social e ambiental.

Sempre em parceria com as administrações municipais, a proposta do Selo UNICEF consiste em inspirar, estimular, capacitar e mobilizar equipes para que trabalhem unidas pela diminuição das vulnerabilidades e desigualdades na infância e adolescência. O propósito é que as políticas públicas locais deem atenção a cada um e a cada uma, sobretudo aos mais excluídos, expostos a riscos multicausais, ofertando mais a quem tem menos e reduzindo, assim, as disparidades.

Uma das principais contribuições do Selo UNICEF tem sido aperfeiçoar dinâmicas intersetoriais e de planejamento que conduzam à maior eficácia na gestão municipal, com conquistas contínuas. A estratégia parte da constatação de que, para se desenvolver de forma plena, crianças e adolescentes precisam de atendimento integral. Atuando de forma isolada, as diferentes instâncias da gestão têm se mostrado insuficientes à ga-

rantia de todos os direitos desse grupo, determinados pela Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

Alguns dos frutos mais visíveis do longo plantio do Selo UNICEF, realizado por milhares de pessoas, nos municípios, são:

- técnicos, articuladores e conselheiros de direitos comprometidos, trabalhando em conjunto e atentos a indicadores e metas, além de sociedades sensibilizadas para os direitos das crianças e dos adolescentes;
- qualificação da administração pública local, com fomento à gestão por resultados, desenvolvimento da cultura de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação;
- institucionalização de avanços, com políticas promovidas pelo Selo UNICEF transformadas em portarias e decretos municipais;
- garantia de direitos fundamentais, com mais compreensão local dos direitos das crianças e adolescentes, consolidação de políticas para a infância e a adolescência, entendimento das temáticas de gênero, raça, etnia e necessidades especiais e estímulo às políticas direcionadas a elas;
- promoção das instâncias participativas, com reforço ao trabalho do CMDCA e do Conselho Tutelar, essenciais à garantia efetiva dos direitos.

História de longevidade e alcance

O Selo UNICEF canaliza no Semiárido e na Amazônia Legal parte dos esforços do UNICEF no Brasil para que mais crianças e adolescentes se desenvolvessem plenamente, em cumprimento ao que a Constituição de 1988 atribui como

CERTIFICAÇÃO EM QUATRO ANOS



responsabilidades dos municípios em educação, saúde e assistência, bem como às legislações específicas de proteção para a faixa de 0 a 17 anos, a exemplo do ECA.

A iniciativa guarda uma história de parcerias e engajamento que vem sendo escrita e aprimorada desde seu embrião, em 1999, no escritório do UNICEF do Ceará. Alcançou a Amazônia em 2008, onde aportou já com o formato de quatro anos, coincidindo com o calendário de eleições municipais brasileiras, uma solicitação das prefeituras, acolhida pelo UNICEF, para que pudessem executar mais ações com vistas a melhorar os indicadores sociais. Em dezembro de 2016, mais um capítulo foi concluído: municípios do Semiárido finalizaram sua quarta edição e os da Amazônia, a segunda.

O desenho de metodologias para as realidades locais foi criado pelo UNICEF a partir de dados estatísticos desagregados especificamente para as regiões do Semiárido e da Amazônia. Aos poucos, a cada edição, com o apoio de incansáveis parceiros locais, cresceram a aderência e a capilaridade entre centenas de municípios.

A consequência é que, após alguns anos, o Selo UNICEF consiste em um dos maiores programas do UNICEF no mundo,

em longevidade e abrangência territorial. Amazônia e Semiárido somados equivalem a quase duas Índias e representam 70,47% do território nacional: dos 8.516.000 km² brasileiros, 5.020.000 km² (58,94%) são Amazônia e 982.563,3 km² (11,53%), Semiárido, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O alcance de municípios é superlativo e bem heterogêneo: só a edição 2013-2016 contou com 1.745 inscritos de 19 estados. O total equivale a mais de 31% de todos os municípios do Brasil, uma prova de que, a cada ano, o Selo UNICEF ganha mais vigor.

Se a escala é imensa, os desafios se equiparam a ela: um universo de milhões de crianças e adolescentes – cerca de 16,5 milhões em 2013 só entre os municípios participantes – que ainda enfrentam lacunas na cobertura de seus direitos e necessitam de políticas específicas, as quais considerem suas condições socioeconômica, de gênero, raça/etnia, grupo etário, deficiência, local de moradia.

A boa notícia é que, ao priorizar verdadeiramente a infância e a adolescência na engrenagem da gestão pública, centenas de municípios têm comprovado que é possível avançar na garantia de oportunidades para cada criança e para todas elas.



Do lado esquerdo, logomarca que vinha sendo utilizada desde 1999, quando o Selo UNICEF nasceu, e, como todas as marcas, evoluiu após a edição 2013-2016 para reforçar a ideia de um mesmo Selo UNICEF para Semiárido e Amazônia. A nova identidade está na capa desta publicação e do lado direito.







Evolução de resultados no Semiárido e Amazônia



Dois aspectos principais demonstram a diferença exercida pelo Selo UNICEF nos municípios, na edição 2013-2016, para a garantia de direitos de crianças e adolescentes e a diminuição das desigualdades:

- 1) os resultados foram melhores nos municípios certificados do que naqueles que são parte dos territórios (Amazônia e Semiárido) e não participaram da iniciativa.
- 2) os resultados nos municípios que não conquistaram o Selo UNICEF, mas participaram de todo o ciclo e foram avaliados, também progrediram.

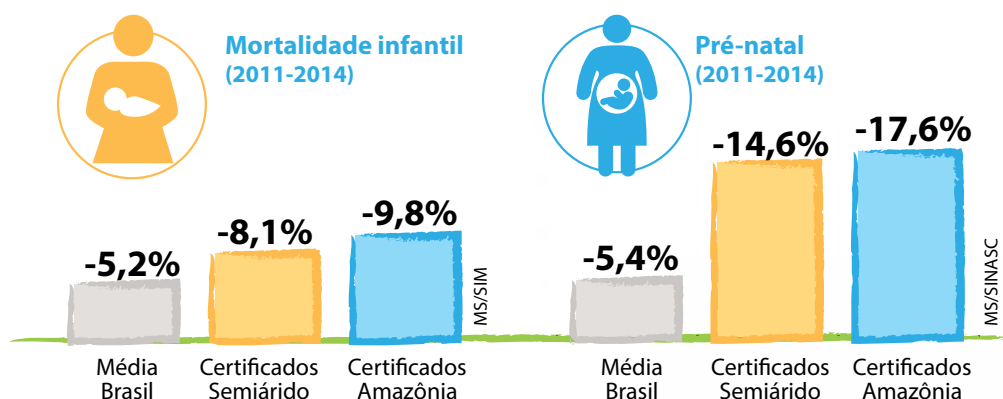
O avanço foi maior que a média do Brasil em praticamente todos os indicadores dos certificados das duas regiões. E os municípios participantes alcançaram melhoras superiores às da média nacional em cerca de 60% dos indicadores medidos. Além disso, houve progressos na maioria dos indicadores de saúde e de educação, tanto nos municípios certificados, como nos avaliados, o que demonstra que os dois territórios caminharam na direção certa.

Daniel Pereira, vice-governador de Rondônia, onde 85% dos municípios

AVANÇOS DO SELO UNICEF 2013-2016

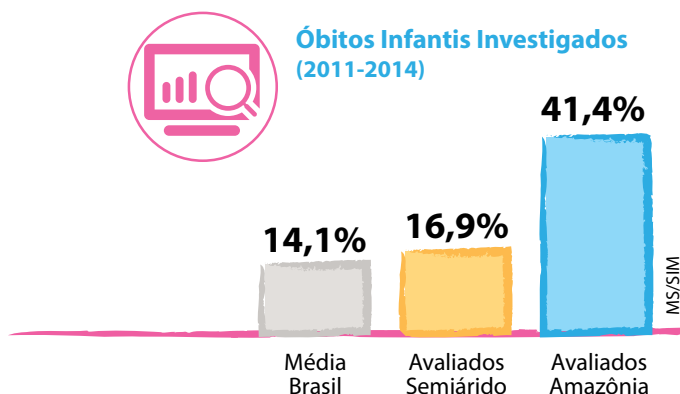
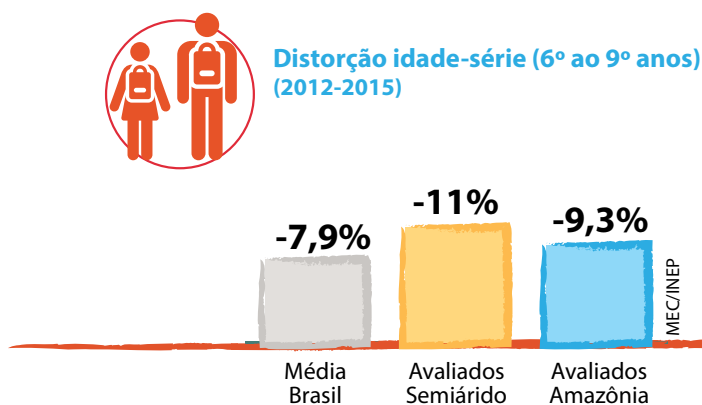
EVOLUÇÃO

► Municípios **certificados** evoluíram mais que as médias do Brasil



14

► Municípios **avaliados** também evoluíram em relação às médias do Brasil



► **Melhora nas médias dos indicadores dos municípios certificados entre o início e o fim da edição**

7,5%
nos certificados
do Semiárido

9%
nos certificados
da Amazônia



unicef

► **Mais avanços nos direitos**



Sobreviver e se desenvolver

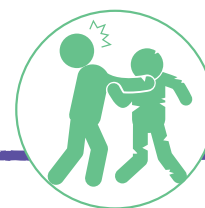


Aprender

► **Desafios continuam para**



Proteger-se e ser protegido do HIV/Aids



Crescer sem violência

15



Ser adolescente



Brincar, praticar esportes e se divertir



98% dos certificados no Semiárido e na Amazônia com ações de implantação e adequação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselhos Tutelares ao ECA



Mais de **21,5 mil** crianças e adolescentes envolvidos na criação e execução de políticas públicas no lugar onde vivem



Plataforma Crescendo Juntos, no Semiárido, e Sistema de Orientação Monitoramento e Avaliação, (SOMA), na Amazônia, garantiram **dados armazenados online** para a continuidade das políticas

participaram, ressalta as mudanças registradas em nível estadual: “Todo mundo que participou do Selo UNICEF ganhou. **Os índices de educação e saúde melhoram, mesmo nos nossos municípios que não conseguiram a certificação.** E a maior parte dos certificados foram municípios pequenos, que precisam de muito apoio. Se for interessada, a cidade vê onde não foi bem, capacita-se, faz, melhora e ganha”.

Avaliados e certificados aprimoraram, por exemplo, os cuidados com os primeiros anos de vida, retirando milhares de bebês e crianças da invisibilidade das políticas públicas, ao elevarem o atendimento pré-natal às gestantes e a cobertura de vacinas e ao diminuírem a mortalidade infantil. Ampliaram também o acesso e a permanência de alunos na Educação Básica e propiciaram assistência social. Evoluíram de forma mais significativa, portanto, no direito de sobreviver e de se desenvolver e no de aprender.

Ainda persistem, contudo, nas duas regiões, desigualdades e violações de direitos, confirmadas por indicadores oficiais. Preocupa a violência letal que tem abreviado a vida de milhares de adolescentes: a mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, por causas externas, aumentou 19,9% de 2011 para 2014 nos municípios participantes do Selo UNICEF na Amazônia e subiu 27,7% nos participantes no Semiárido.

Ou seja, ao mesmo tempo em que municípios salvaram bebês, mães e crianças e lhes garantiram mais direito à saúde, à educação e à assistência, perderam adolescentes, em mortes brutais, principalmente por confrontos armados ou por acidentes em transportes, em motocicletas e automóveis, todos eles eventos evitáveis.

Merecem mais atenção integrada também as situações críticas como explora-

ção sexual infantil, gravidez na adolescência, uso de drogas lícitas e ilícitas e falta de acesso a cultura e lazer – que atingem os direitos de crescer sem violência; ser adolescente; brincar, praticar esportes e se divertir.

A edição chegou a outros resultados positivos na vida de crianças e adolescentes: pelo menos 21,5 mil criaram soluções inovadoras para problemas de seus municípios, passaram a ser mais escutados pelo poder público em espaços de participação e exercitaram o controle social nos Fóruns Comunitários e nas atividades do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes (NUCA) no Semiárido e da Juventude Unida Pela Vida na Amazônia (JUVA) na região amazônica.

Centenas de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselhos Tutelares foram encorajados a aperfeiçoar suas práticas para proteger meninos e meninas de forma integral. Dos municípios certificados no Semiárido e Amazônia, 98% registraram ações de implantação e adequação dos Conselhos ao ECA. Ainda devem ser aprimoradas, porém, as políticas de atendimento socioeducativo em meio aberto aos adolescentes em conflito com a lei, pois poucos municípios dispõem dos mecanismos para cumprir essa responsabilidade.

Por que monitorar indicadores

A edição 2013-2016 confirmou mais uma vez que indicadores são aliados fundamentais no aperfeiçoamento das políticas para a infância e a adolescência, porque apontam quais pontos precisam ser melhorados, auxiliando gestores a:

- diagnosticar uma situação;
- traçar metas para melhorá-la;

- definir ações para cumpri-las;
- verificar e registrar os resultados das ações;
- decidir sobre a continuidade das ações.

Os progressos são apontados por quem participou. “Algumas ações aconteciam e não registrávamos. Com o Selo UNICEF, começamos a documentar e, agora, temos a cultura do registro e do acompanhamento contínuo. Fazemos o trabalho paulatinamente e, quando reunimos os dados, percebemos o que fizemos”, avalia Tássio Lima Castor, coordenador de Cultura e assessor da área de Controle na cidade de Glória (BA). “No diagnóstico inicial, o município observou como estava sua situação. No processo, teve mais entendimento da necessidade de fazer os registros dos dados adequadamente. E, no fim, as secretarias terminaram com uma noção do todo”, aponta Marcela Cruz, articuladora de Santana (AP).

A avaliação da certificação foi elaborada de tal forma pelo UNICEF que inibiu áreas de excelência isoladas, ou seja, para conquistar o Selo UNICEF, o município precisou progredir, de maneira combinada, nos

diferentes eixos e temas. Cada prefeitura recebeu uma Linha de Base – espécie de fotografia dos indicadores sociais oficiais – no começo e no fim do processo de certificação, e, assim, gestores puderam enxergar onde houve ou não melhorias.

Municípios também foram estimulados a olhar por trás das grandes médias, isto é, a avaliar dados de distritos, bairros ou zonas, de maneira a visualizar quais deles mais exigiam serviços públicos. O exercício deixou mais evidente que, na garantia efetiva de direitos das crianças e dos adolescentes, de nada adiantam bairros com indicadores elevados, se há outros com números baixíssimos ou nenhuma cobertura. É preciso dispensar atenção a todos e também aos mais excluídos dos processos.

“O Selo UNICEF ajuda a iluminar pontos prioritários nas agendas locais. É longo e de alto impacto. Deve se perpetuar, porque, sem ele, poderemos observar um retrocesso bastante considerável nos indicadores nacionais. Não tenho a menor dúvida disso”, avalia João Meirelles, diretor geral do Instituto Peabiru, parceiro do Selo UNICEF na Amazônia.



Metodologia do Semiárido

Direitos	Objetivos (até 2016)	Indicadores de Impacto Social
Sobreviver e desenvolver-se	Reduzir a mortalidade infantil e materna.	I.1. Taxa de mortalidade infantil – MS/SIM (indicador sentinela*). I.2. % de mulheres grávidas com 7 ou mais atendimentos de pré-natal – MS/SINASC. I.3. % de óbitos maternos investigados – MS/SIM. I.4. % de óbitos infantis investigados – MS/SIM. I.5. Cobertura vacinal pentavalente – MS/PNI. *O município só pontua no indicador de % de óbitos infantis investigados, se a TMI não tiver piorado entre os anos inicial e final.
Aprender	Todas as crianças e adolescentes acessando, permanecendo e concluindo a educação básica de qualidade na idade certa, com sucesso na aprendizagem.	I.6. Taxa de abandono no Ensino Fundamental (por raça, etnia e gênero) – MEC/INEP. I.7. Distorção idade-série nos anos finais (1º a 9º ano) do Ensino Fundamental diurno da rede municipal – MEC/INEP. I.8. % de crianças beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) que estão na escola – MDS/MEC. I.9. Percentual de escolas da rede pública municipal que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB, anos iniciais – MEC/INEP.
Proteger-se e ser protegido do HIV/Aids	Reduzir a transmissão vertical (da mãe para o bebê) e os casos de HIV/Aids entre adolescentes, especialmente meninas.	I.10. Percentual de gestantes que fizeram o teste de HIV e sífilis até a vigésima semana de gestação – MS/ Sis prenatal.
Crescer sem violência	Diminuir a violência, a exploração e os abusos contra crianças e adolescentes; e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos nos municípios, garantindo a realização equitativa dos direitos e levando em consideração as dimensões de gênero, raça/etnia e deficiências.	I.11. % de crianças de até 1 ano de idade com registro civil, do total de nascidos vivos – IBGE/Estatística do Registro Civil e MS/SINASC. I.12. Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas – MS/SIM.
Ser adolescente	Adolescentes acessando políticas públicas multissetoriais e sendo reconhecidos pela sociedade por sua capacidade de contribuir para transformar a sua realidade.	I.13. % de nascidos vivos de mulheres de 10 a 19 anos – MS/SINASC. I.14. % de adolescentes de 16 e 17 anos cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral – TRE.
Ser prioridade nas Políticas Públicas	Todas as comunidades do município com acesso à informação e conhecimentos sobre a situação das crianças e adolescentes e promovendo iniciativas pela redução das desigualdades.	
Brincar praticar esportes e divertir-se	Todas as crianças e adolescentes com oportunidade de acesso ao esporte seguro e inclusivo, brincando e divertindo-se em centros de educação infantil, escolas e comunidades.	

Direitos	Ações Estratégicas		Princípios e ODM
	Políticas Públicas	Participação Social	
Sobreviver e se desenvolver	A.1. Município implementando o Plano pela Primeira Infância há pelo menos 1 ano A.2. Município implementando ações de assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, para a redução da mortalidade materna e neonatal.	P.1. Município realizando a Semana do Bebê em 2014 e 2015. P.9. Municípios realizando ações de combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i> (NOVA AÇÃO!).	1. Erradicar a extrema pobreza e a fome. 4. Reduzir a mortalidade infantil. 5. Melhorar a saúde materna.
Aprender	A.3. Município implementando programas para a inclusão e permanência de crianças na educação básica. A.4. Município realizando as duas etapas da Provinha Brasil nas escolas da rede municipal, com matrícula no segundo ano do Ensino Fundamental. A.5. Município promovendo o acesso à água de qualidade, banheiro masculino e feminino e cozinha nas escolas. A.6. Município implementando as Leis 10.639 e 11.645 nas escolas. A.7. Município desenvolvendo ações de educação para a convivência com o Semiárido nas escolas.	P.2. Município promovendo ações de mobilização nas escolas em torno da campanha do UNICEF “Por uma Infância sem Racismo”.	2. Atingir o Ensino Básico universal 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. 7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
Proteger-se e ser protegido do HIV/Aids	A.8. Município implementando ações para garantir o teste de HIV/Aids e sífilis para gestantes A.9. Município desenvolvendo atividades sobre os direitos sexuais e reprodutivos nas escolas.		6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.
Crescer sem violência	A.10. Município implementando programas de prevenção e notificação compulsória de violências e atendimento a casos de violência sexual. A.11. Município implementando programas de prevenção e notificação compulsória de violências e atendimento a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. A.12. Município com oferta própria, ou com parcerias, de serviços de acolhimento institucional ou familiar. A.13. Município implementando programas socioeducativos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei em meio aberto.	P.3. Município realizando ações de informação e comunicação em torno da violência sexual, trabalho infantil e/ou sobre letalidade de adolescentes negros e indígenas.	Declaração do Milênio, Capítulo VI. 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
Ser adolescente	A.14. Município distribuindo a Caderneta de Saúde do Adolescente e capacitando profissionais para o seu uso. A.15. Município com Comitê/Conselho de Combate às Drogas instalado e funcionando adequadamente.	P.4. Município realizando a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente e garantindo a participação de adolescentes como delegados. P.5. Município implementando o Núcleo de Cidadania dos Adolescentes (NUCA) e promovendo o seu engajamento na realização das Ações Estratégicas de Participação Social (obrigatória).	8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.
Ser prioridade nas Políticas Públicas	A.16. Município com CT funcionando de acordo com as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. A.17. Município com CMDCA funcionando de acordo com as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. A.18. Município implementando ações de proteção às crianças e adolescentes.	P.6. Município realizando o 1º Fórum Comunitário do Selo UNICEF Município Aprovado Edição 2013-2016 (obrigatória). P.7. Município realizando o 2º Fórum Comunitário do Selo UNICEF Município Aprovado Edição 2013-2016 (obrigatória).	8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.
Brincar, praticar esportes e divertir-se	A.19. Município implementando Planos Municipais de Esporte Educacional há pelo menos um ano.	P.8. Município realizando ações de mobilização pelo esporte educacional, seguro e inclusivo.	8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Metodologia da Amazônia

Direitos	Compromissos	Indicadores de Impacto	Objetivos de Gestão
Sobreviver e desenvolver-se	Até 2016, a mortalidade materna, desnutrição crônica e gravidez precoce reduzidas no Brasil, especialmente na Amazônia e entre os indígenas, quilombolas e ribeirinhos.	1. Taxa de Mortalidade Infantil – MS/SIM (o município somente pontua, se a TMI não tiver piorado entre os anos inicial e final). 2. Porcentagem de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal – MS/SINASC. 3. Porcentagem de óbitos maternos investigados – MS/SIM. 4. Porcentagem de óbitos infantis investigados – MS/SIM. 5. Cobertura vacinal pentavalente – MS/PNI.	a. Município realizando seus respectivos planos pela primeira infância (0-6 anos). b. Município realizando ações de assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, para a redução da mortalidade materna e neonatal. c. Município desenvolvendo ações para implementar ou melhorar o SISVAN. d. Município implantando os comitês municipais de investigação de óbitos materno e infantil.
Aprender	Até 2016, todas as crianças e adolescentes da Amazônia acessando, permanecendo e concluindo a Educação Básica de qualidade na idade certa, com sucesso na aprendizagem, especialmente crianças indígenas, quilombolas e ribeirinhos, com deficiência e/ou em situações de emergência e desastres.	6. Taxa de abandono na rede municipal do Ensino Fundamental – MEC/INEP. 7. Distorção idade/série nos anos finais (1º ao 9º ano) regular diurno da rede municipal – MEC/INEP. 8. Porcentagem de crianças beneficiadas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) que estão na escola – MDS/MEC. 9. Percentual de escolas da rede pública municipal que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB anos iniciais – MEC/INEP.	e. Município implementando programas para a inclusão e permanência de crianças na Educação Básica. f. Município valorizando e ofertando oportunidades de educação continuada para os professores do Ensino Fundamental. g. Município com conselhos escolares instalados, atuantes e funcionando com a participação efetiva de adolescentes.
Proteger-se e ser protegido do HIV/Aids	Até 2016, a transmissão vertical (da mãe para o bebê) e os casos de Aids reduzidos entre adolescentes – especialmente meninas na Amazônia.	10. Percentual de gestantes que realizaram o teste de HIV – MS.	h. Município implementando ações de prevenção da sífilis, HIV/Aids através da mobilização de adolescentes nas escolas (componente II do PSE). i. Município garantindo os testes de HIV/Aids e sífilis para gestantes tanto no pré-natal quanto na maternidade.
Crescer sem violência	Até 2016, o Sistema de Garantias de Direito (SGD) nos níveis de estado e município, esteja fortalecido e assegurando a realização equitativa dos direitos de crianças e adolescentes, resguardando-se as condições específicas dos que vivem em situação de deficiência e as dimensões de gênero, raça e etnia, assim como evidenciando resultados reais e positivos no enfrentamento à letalidade, violência doméstica e comunitária, abuso e exploração sexual, maus-tratos etc., particularmente contra os grupos étnicos mais vulneráveis: quilombolas, afro-brasileiros e indígenas.	11. Percentual de crianças de até 1 ano de idade com registro civil do total de nascidos vivos – IBGE/Estatísticas do Registro Civil e MS/SINASC. 12. Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas – MS/SIM.	j. Município com programas de prevenção, notificação compulsória de violências e atendimento a casos de violência sexual. k. Município com programas de prevenção, notificação compulsória e atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. l. Município com serviços de acolhimento institucional ou familiar reordenados. m. Município implementando programas socioeducativos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei em meio aberto. n. Município com comitê de enfrentamento ao subregistro de nascimento implantado.
Ser adolescente	Até 2016, adolescentes da Amazônia, especialmente os quilombolas, afro-brasileiros e indígenas, sendo beneficiados por políticas públicas multissetoriais, apoiados por marcos legais definidores de espaços de participação e reconhecidos pela sociedade em razão da sua capacidade de contribuir sua realidade.	13. Percentual de nascidos vivos de mulheres de 10 a 19 anos – MS/SINASC.	o. Município utilizando instrumentos e metodologias para prevenção da gravidez com a participação de adolescentes. p. Município com equipes municipais capacitadas para usar a Caderneta do Adolescente.
Ser prioridade nas políticas públicas	Até 2016, Estados e Municípios da Amazônia se comprometeram a reduzir as desigualdades regionais, garantindo e promovendo os direitos da criança e do adolescente, assegurando o cumprimento da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CRC), bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para contribuir com a melhoria de indicadores sociais.	14. Formulários específicos serão encaminhados aos municípios.	q. Município com CMDCA funcionando de acordo com as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. r. Município com Conselho Tutelar funcionando de acordo com as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. s. Município implementando ações de proteção às crianças e adolescentes antes, durante e após desastres/emergências.

Adesão e empenho municipal

Em relação às edições anteriores, a de 2013-2016 registrou o maior número de municípios inscritos até então (1.745) e de certificados (504), o que evidencia o empenho dos gestores para executar melhores políticas para a infância e a adolescência.

Níveis mais altos ou mais baixos de engajamento de prefeitos, prefeitas, articuladores, articuladoras, bem como de secretários e secretárias e das sociedades locais tiveram peso no teor da evolução dos 1.745 municípios inscritos. No fim de quatro anos, 952 municípios foram avaliados (ou 54,5% dos inscritos), dos quais 504 (ou 28,8% dos inscritos) alcançaram a certificação por terem atingido mais resultados concretos em educação, saúde, assistência, proteção e participação social.

Comprometimento e dedicação de centenas de gestores, técnicos e conselheiros de direitos, em meio ao cotidiano exigente de suas obrigações, somados ao protagonismo inquestionável dos adolescentes, permitiram, nessa edição, as melhorias observadas nos municípios do Semiárido e da Amazônia.

É notável que as prefeituras tenham registrado progressos, ainda que em velocidades e densidades distintas, em meio a um cenário exigente e adverso no país. O contexto do período foi de turbulências econômicas, políticas, sociais e climáticas, em que o Semiárido enfrentou sua pior seca dos últimos 50 anos e a Amazô-

nia, períodos de fortes cheias, alternados, em alguns estados, por dura estiagem.

Programas federais sofreram baixas, com interrupção de fluxos de repasses ou redução de recursos. Houve mudanças nas equipes municipais. Pressões políticas regionais e do país afetaram a mobilização e a participação locais, sentidas nas capacitações e nos Fóruns. A edição 2013-2016 consistiu, portanto, em uma prova de resistência e superação. Por isso, em face desse quadro bastante desafiador, os avanços merecem ser celebrados, ainda que precisem ser aprimorados.

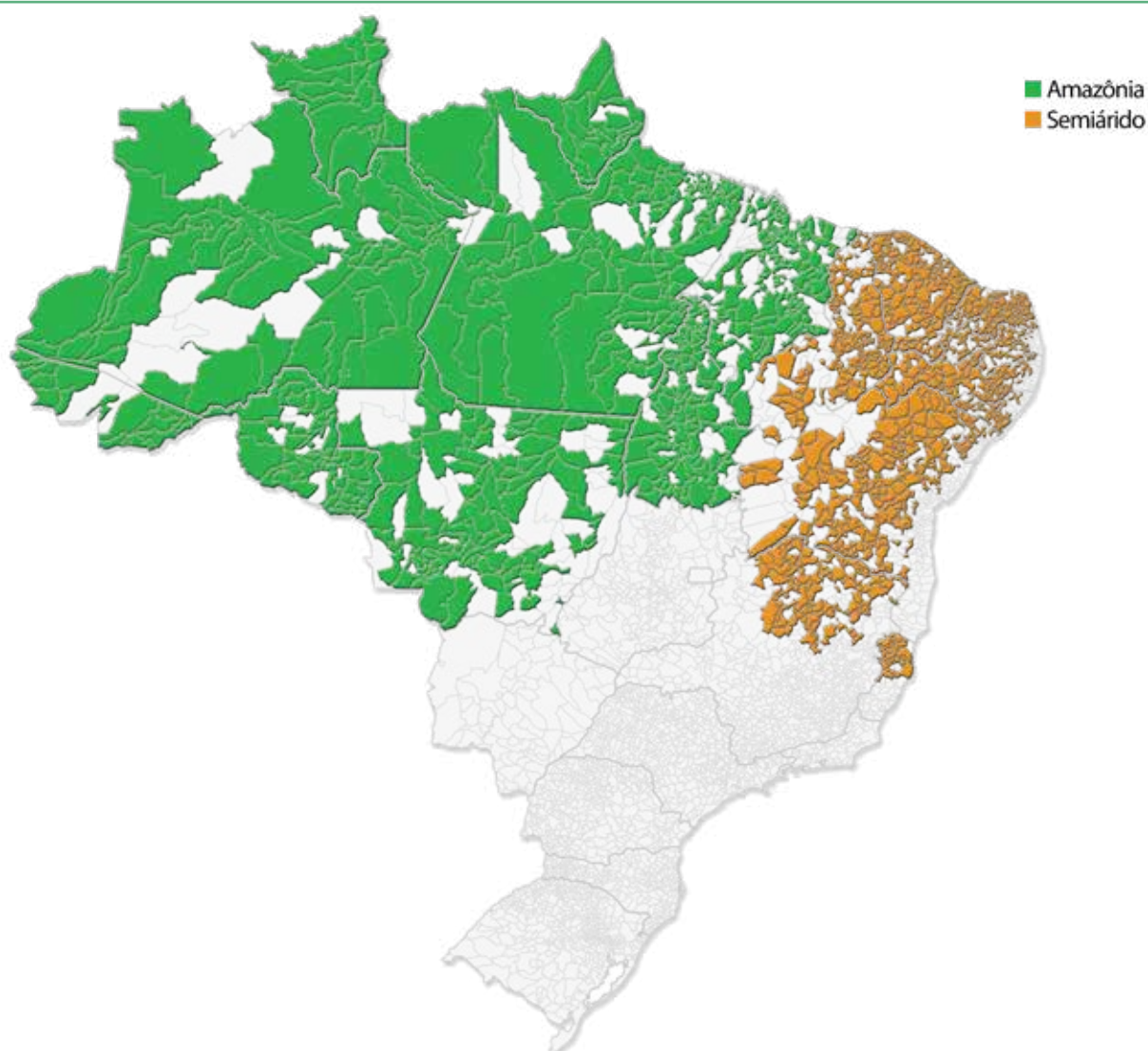
Efeitos da gestão intersetorial

Boas práticas intersetoriais nos municípios permitiram uma melhor execução das políticas para crianças e adolescentes. Exemplos não faltaram: Conselheiros Tutelares partilhando um mesmo roteiro de visitas domiciliares com profissionais do Programa Saúde da Família (PSF); agentes de saúde em um bairro com elevada taxa de abandono escolar colaborando com diretores de escola na identificação de alunos infrequentes; professores e assistentes sociais trabalhando juntos na identificação dos estudantes com deficiência ainda sem acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC); secretárias e secretários de diferentes pastas reservando, em conjunto, recursos no orçamento para as políticas da criança e do adolescente.

20

	Municípios elegíveis	Inscritos	Engajados/Avaliados	Total de Certificados
Amazônia	805	611 (76%)	294 (36,5%)	192 (23,8%)
Semiárido	1.502	1.134 (75,5%)	658 (43,8%)	312 (20,7%)
Totais	2.307	1.745 (75,6%)	952 (41,2%)	504 (21,8%)

Total de municípios inscritos no Selo UNICEF – Edição 2013-2016



21

Durante a edição, parte das prefeituras reuniu suas equipes de forma mais frequente para analisar dados, registrar medidas, monitorar processos e institucionalizar ações para a garantia dos direitos de meninos e meninas. Municípios que exercitaram a intersetorialidade citaram resultados. “Foi importante vermos a corresponsabilidade para minimizar indicadores de atraso. Agora, fazemos planejamento integrado e otimizamos ações. Aprendemos a canalizar esforços e a buscar a ajuda de outros integrantes da sociedade. Precisamos partilhar, e esse é um trabalho que não para”, conta Marisa Rodrigues Silva, articuladora de Guamaré (RN).

Aguinaldo Garrido, articulador de Tangará da Serra (MT), destaca a cooperação entre secretarias. “Passamos a fazer reuniões constantes e a ver a participação social com um olhar diferente, porque entendemos que é importante para a efetividade das ações. O secretariado saiu de sua própria área e foi ajudar outras. O Selo UNICEF induz essa ação integrada e visão holística, que já deveria ser natural.”

Ainda que a gestão das diferentes áreas em conjunto, sempre em diálogo com a comunidade e, em especial, com os jovens, continue como importante desafio a

ser enfrentado, a dinâmica do Selo UNICEF produziu consequências positivas, onde foi praticada. Entre os exemplos, figuram a formação e o aperfeiçoamento de quadros públicos e de novas lideranças, os quais passaram a perpetuar a proposta da gestão intersetorial por resultados em outras iniciativas locais para além do selo.

Metodologia e processos

A edição 2013-2016 teve início com os municípios inscritos no Selo UNICEF sendo reunidos em 5 grupos, de acordo com condições e características (população, renda, situação dos indicadores da situação das crianças e adolescentes etc.) e resultados similares na vida de suas crianças. Para ser certificado, cada município seguiu a metodologia do Selo UNICEF de gestão intersetorial por resultados, que une necessariamente avanço nos indicadores (resultados numéricos que os municípios devem melhorar), ações estratégicas (o que os municípios precisam realizar) e participação social.

As ações estratégicas do Selo UNICEF movimentaram as agendas locais e valorizaram os esforços de todos para sua realização. A Semana do Bebê foi uma das ações que mais estimularam, nas duas regiões, o trabalho intersetorial para garantir os direitos das crianças de 0 a 6 anos sobreviverem e se desenvolverem.

O 1º Fórum Comunitário, com papel de planejamento, foi terreno fértil para os indicadores suscitarem o autoexame e as indagações dos participantes, durante o diagnóstico: "Meu município tem crianças fora da escola?", "Onde elas estão?", "Como solucionaremos isso?". Ao final, no 2º Fórum Comunitário, para avaliação e prestação de contas pelos municípios, os avanços foram verificados.

Gestão por resultados para reduzir desigualdades que afetam crianças e adolescentes no município:

1) Planejamento intersetorial + 2) Oferta dos serviços e comunicação sobre a existência dos mesmos + 3) Busca ativa dos que mais precisam deles + 4) Prestação de serviços de qualidade + 5) Sistematização para a prestação de contas + 6) Institucionalização dos serviços

O 1º e o 2º Fóruns Comunitários registraram momentos memoráveis de construção coletiva, com a participação de mais de 100 mil pessoas nas duas regiões. Crianças, adolescentes, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, líderes religiosos, agricultores, professores, conselheiros, entre muitos outros, expuseram seus anseios e desejos para o município oferecer melhores políticas para a infância e a adolescência.

Ao longo dos quatro anos, ciclos de capacitações presenciais uniram milhares de técnicos municipais e adolescentes em um virtuoso processo de trocas. Cada região trabalhou guias metodológicos do Selo UNICEF e de temas da garantia de direitos.

Municípios da Amazônia guardam relatos de servidores públicos que superaram o desafio da mobilidade em mais de 24 horas de barco exclusivamente para participar dos encontros em polos regionais nos estados. Localidades do Semiárido registram casos de articuladores e articuladoras longevos, envolvidos há mais de dez anos no Selo UNICEF, que se tornaram multiplicadores valiosos nessa edição.

Todo esse empenho metodológico convergiu para consolidar ainda mais o processo de descentralização da política pública de educação, saúde e assistência social para os municípios, iniciado no fim dos anos 1980 no Brasil.

Plataformas virtuais para acompanhamento dos municípios

Uma das inovações do Selo UNICEF foi tornar disponível aos municípios sistemas virtuais e remotos, por meio da internet, para registro dos documentos que comprovavam a realização das Ações Estratégicas e tornar mais fácil e rápido seu envio ao UNICEF.

Os municípios participantes do Semiárido passaram a contar, a partir de 2015, com a Plataforma Crescendo Juntos (PCJ), que permitiu o armazenamento online das atividades dos municípios. O nome não é por acaso: o objetivo é que UNICEF, prefeituras e parceiros se desenvolvam pela interação e troca de informações e aprendizados.

Nos municípios do Semiárido

7 ciclos de capacitação

Guias: Políticas Públicas, Ser Adolescente no Semiárido, Toda Escola com Água de Qualidade, Banheiro e Cozinha e Mapa do Direito ao Esporte

Nos municípios da Amazônia

4 ciclos de capacitação

Guias: Cultura e Identidade, Esporte e Cidadania, Mobilização contra o Aedes aegypti, Mudanças Climáticas, Participação dos Adolescentes, Políticas Públicas e Semana do Bebê

Ferramenta semelhante, o Sistema de Orientação Monitoramento e Avaliação (SOMA) já operava nos municípios da Amazônia desde 2014 e também recebeu dados dos municípios nessa edição, funcionando ainda como espaço de capacitação e orientação remoto para mais de 500 gestores em políticas públicas para a infância e a adolescência.

A PCJ e o SOMA tornaram possível o compartilhamento de experiências e dúvidas entre municípios. Em alguns deles, os adolescentes se engajaram no abastecimento dos dados. Como resultado, ao final, textos, documentos comprobatórios e fotos arquivados compuseram a memória viva do empenho dos municípios para executar as ações da edição.

Trata-se de dois importantes mecanismos de prevenção à descontinuidade de políticas públicas, uma vez que novos gestores podem acessar toda a riqueza de ideias e realizações do município e continuar a avançar a partir dali. Ao mesmo tempo, os novos mecanismos também expuseram fragilidades da cultura da sistematização: municípios tiveram dificuldades para relatar e comprovar o que realizaram e alguns deles acabaram perdendo prazos e desligando-se do processo de certificação. Para melhorar ainda mais esse processo de troca entre municípios participantes, UNICEF e parceiros, as duas plataformas estão sendo integradas para a próxima edição.

Prefeituras com dúvidas no manejo dos dados online foram auxiliadas pela equipe técnica do UNICEF, parceiros ou articuladores de municípios vizinhos, numa rede de solidariedade. Aplicativos de comunicação instantânea de *smartphones* e redes sociais, como WhatsApp e Facebook, também contribuíram para animar a ampla rede de comunicação entre os participantes do Selo UNICEF.

Municípios do Semiárido – Dois eixos avaliados

Eixo 1: Ações Estratégicas de Políticas Públicas e Participação Social – 27 Ações Estratégicas, sendo 19 delas de Políticas Públicas e 8 de Participação Social, incluindo 3 de realização obrigatória: o Núcleo de Cidadania dos Adolescentes (NUCA) e os 2 Fóruns Comunitários

Eixo 2: Impacto Social – municípios foram monitorados pela equipe técnica do UNICEF em 14 indicadores de saúde, educação, proteção e participação política

Pontuação necessária para conquistar o Selo UNICEF

Eixo 1: 19 Ações Estratégicas em cor verde (de um total de 28) em pelo menos 5 objetivos diferentes, sendo pelo menos 6 ações de Participação Social, incluindo as 3 obrigatórias (NUCA e 2 Fóruns Comunitários)

Eixo 2: 8 indicadores em cor verde (de um total de 14) em pelo menos 3 objetivos diferentes

Municípios da Amazônia – Três eixos avaliados

Eixo 1: Impacto Social – municípios foram monitorados pela equipe técnica do UNICEF em 13 indicadores de saúde, educação e proteção

Eixo 2: Gestão de Políticas Públicas – 19 ações em 6 direitos

Eixo 3: Mobilização, Participação e Controle Social

Pontuação necessária para conquistar o Selo UNICEF

Eixo 1: 5 indicadores em cor verde de um total de 13, em pelo menos 3 objetivos diferentes

Eixo 2: 10 ações estratégicas previstas no Plano de Ação realizadas em, no mínimo, 3 direitos

Eixo 3: realização dos 2 Fóruns Comunitários e de 2 temas de Participação Social (de 4 temas possíveis).

Lógica da pontuação

- Marcada por duas cores (verde e vermelho), que valem tanto para os indicadores do eixo de Impacto Social, quanto para as Ações Estratégicas de Políticas Públicas e de Participação Social.
- Verde sinaliza que a situação ou o desempenho do município está igual ou melhor que a média do seu grupo de avaliação, ou que o município realizou uma atividade e obteve resultados positivos. Ganha ponto.
- Vermelho indica cuidado. A situação ou desempenho do município está pior que a média do seu grupo de avaliação e precisa melhorar, ou ainda, sinaliza que o município não realizou ou não obteve resultados positivos em determinada atividade. Não ganha ponto.
- Além disso, se um indicador do município melhorar muito no ano final em relação ao ano inicial, é possível ganhar o ponto, mesmo que o município esteja em vermelho, comparado aos demais integrantes do grupo de avaliação. Para isso, o município deve estar entre os 15% que mais avançaram do seu próprio grupo neste indicador.

Suporte essencial dos governos

Romper o ciclo de exclusão e pobreza que atinge crianças e adolescentes no país não é missão exclusiva do município. Por isso o Selo UNICEF continuou a fomentar apoios estaduais e federais. Com essa preocupação, o Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido visa incluir a infância em políticas estaduais e nacionais e promover intercâmbio de informações e experiências entre governos, organizações da sociedade civil, empresas e cidadãos.

Articulado pelo UNICEF desde 2004, no contexto do Selo UNICEF, agrega lideranças do governo federal e de 11 estados do Semiárido. Também mobiliza a sociedade nacional pela melhoria de vida de crianças e adolescentes dessa região, por meio de relações solidárias entre poder público, sociedade civil e empresariado. Renovado em 2007 e 2012, significa um compromisso de atuação integrada, coordenada e intersetorial, que une esforços para diminuir as disparidades nacionais.

Aliança similar, a Agenda Criança Amazônia surgiu em 2009, após adaptação metodológica às especificidades da região. Foi repactuada em 2015, quando nove governadores da Amazônia assinaram documento com compromissos e indicadores de monitoramento para a promoção, proteção e garantia de direitos de cada criança e

adolescente. Ambas as iniciativas tiveram como propósito apoiar o Brasil no alcance dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Em paralelo, governos estaduais contribuíram com a proposta do Selo UNICEF, por meio de nomeação de articuladores, do apoio específico a municípios mais vulneráveis ou do reforço em infraestrutura para as cidades certificadas. Na Amazônia, todas as capacitações foram precedidas de reuniões com as equipes de articulação dos estados. O estado do Amazonas realizou, por exemplo, semanas de cidadania e inclusão nos municípios prioritários, com emissão de documentos de identificação, audiências públicas, formações para a rede de proteção, entre outras ações.

“O Selo UNICEF é ferramenta importantíssima para a definição das políticas de assistência e para a valorização da política de acolhimento. Vemos ser despertada – nos prefeitos, secretários e agentes públicos – a vontade de estabelecer parcerias profícuas para otimizar as ações voltadas a crianças e adolescentes em risco ou situação de vulnerabilidade social”, avalia o secretário de Estado da Inclusão Social de Sergipe, Zezinho Sobral. “O respaldo de uma instituição como o UNICEF, com um selo internacional, qualifica o trabalho e confirma que as políticas estão sendo implementadas.”



SEMIÁRIDO

Nos municípios certificados e em quase a totalidade dos avaliados no Semiárido, a evolução dos indicadores sociais medidos nessa edição foi maior que a da média brasileira. Os 312 municípios do Semiárido que receberam o Selo UNICEF destacaram-se principalmente por: aperfeiçoar a atenção integral aos primeiros anos de vida, melhorar a permanência e a aprendizagem na idade certa nas escolas, enfrentar a exclusão escolar,

ampliar o número de crianças com deficiência em sala de aula, aprimorar a convivência dos alunos e escolas com a escassez de água, promover a participação social de adolescentes por meio do NUCA e mobilizar-se contra o mosquito *Aedes aegypti*.

Muitos dos municípios do Semiárido que já haviam conquistado a certificação do Selo UNICEF seguidamente continuaram a se inscrever, bem como prefeituras que ainda não foram reconhecidas. O pressu-



posto é que seus técnicos apostaram mais uma vez na gestão por resultados, visão sistêmica e participação social para continuar a garantir os direitos de suas crianças e adolescentes, ainda que em meio às restrições de recursos financeiros, estruturais e climáticos na região.

Menos desigualdade na educação

Um ponto alto nessa edição do Selo UNICEF foi o resultado positivo dos municípios do Semiárido ao desafio de elevar o

percentual de escolas da rede pública municipal que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador nacional de qualidade que influencia na aprendizagem e na permanência de meninos e meninas na escola. Quanto mais um município diminui as diferenças de desempenhos entre seus estabelecimentos de ensino, menos desigual educacionalmente ele se torna.

O percentual de escolas que alcança-

SEMIÁRIDO

312 | municípios certificados

População dos municípios do Semiárido participantes da edição: mais de **28,4 milhões de pessoas**, das quais cerca de **9,4 milhões** tinham de **0 a 18** anos incompletos.



Ceará
83 municípios



● Teresina



Piauí
41 municípios



Bahia
28 municípios



Minas Gerais
16 municípios



Espírito Santo
8 municípios



● Belo Horizonte

● Vitória



Rio Grande do Norte

51 municípios

Paraíba

32 municípios

Pernambuco

35 municípios

Alagoas

10 municípios

Sergipe

8 municípios



29

Ilustrações de mamulengos, figuras da cultura popular nordestina muito presentes em grande parte dos municípios do Semiárido que vêm sendo utilizadas para retratar o Selo UNICEF no Semiárido há alguns anos.

A região do Semiárido brasileiro é uma definição da portaria nº 89 do Ministério da Integração Nacional de 2005.



ram a meta nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre os municípios certificados no Semiárido aumentou de forma expressiva, com evolução de quase 6% entre 2011 e 2015, quando o Brasil piorou, com retração de 1,8%. Os avaliados também progrediram: 4,6%.

Buriti dos Montes (PI) manteve em 100%, de 2011 para 2015, o percentual de escolas (3 de 3 unidades) da rede pública municipal que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB nos anos iniciais do Fundamental. E continuou zerada a taxa de abandono no Fundamental da rede municipal entre 2012 e 2015.

A secretária municipal de Educação e de Assistência Social e articuladora, Maria de Lourdes da Silva Soares, atribui os avanços a uma “combinação de ações”. Entre elas, formação inicial e continuada de docentes, reforço escolar no contraturno, atividades lúdicas (como capoeira, futebol, balé e hip hop), busca ativa de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ou de uso de drogas, conversas com as famílias, parcerias com organizações sociais e apoio contínuo do prefeito.

O município também equiparou em estrutura as salas de aula rurais com as da zona urbana, contou com o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) e o Mais Educação (PME), ambas iniciativas federais, além de promover concursos de leitura e redação entre estudantes. “Aqui a gente explora os livros, não só lê, faz várias atividades a partir deles e, no fim, tem tudo na memória”, conta Alexandre Torres, 16 anos, aluno do 9º ano do Fundamental em 2015.

Queda na distorção idade-série

Os municípios certificados reduziram a taxa de distorção idade-série nos anos



finais (6º a 9º anos) do Ensino Fundamental diurno da rede municipal em 13%, entre 2012 e 2015, e as localidades avaliadas diminuíram 11%, acima da queda do país,

de 7,9%. Isso significa menos estudantes em situação de distorção, que é quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista da série é de dois anos ou mais.

A distorção está presente no Brasil, sobretudo, nos anos finais do Fundamental, o que exige políticas específicas de acompanhamento da etapa, a fim de que toda criança siga estudando e aprendendo na idade adequada. Atrasos nas séries desmotivam o aluno e provocam a desistência dos estudos. Por isso, os municípios que interferiram para melhorar essas taxas ajudaram na prevenção do abandono e da evasão escolar.

Todas e todos na escola

A busca por crianças e adolescentes que estão fora da escola foi realizada por 395 municípios do Semiárido. Eles identificaram nome, idade, sexo, raça/cor de cada um deles, muitas vezes com a ajuda dos

próprios adolescentes e da comunidade. A campanha do UNICEF “Fora da Escola não Pode!” promoveu iniciativas locais para acabar com o inaceitável residual de exclusão escolar e garantir o direito de aprender.

Trata-se de uma medida urgente que requer das políticas municipais atenção para comunidades mais afastadas, famílias mais vulneráveis, crianças em situação de trabalho infantil e populações de quilombolas, ribeirinhos e indígenas, principais grupos a quem, historicamente, tem sido negado o atendimento escolar. **Fatores como gravidez na adolescência ou perda de interesse devido à ausência de contextualização dos conteúdos escolares também influenciam na desistência dos estudos.**

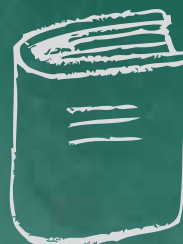
Os esforços municipais durante o Selo UNICEF para combater esse problema colaboraram para a queda na taxa de abandono no Ensino Fundamental: de 3,2% para



MELHORIA NA EDUCAÇÃO

Percentual de escolas da rede pública municipal que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB nos anos iniciais – MEC/INEP

	2011	2015	Evolução%	
Brasil	65,4	64,3	-1,8	
Avaliados	69,1	72,2		 4,6
Certificados	72,3	76,4		 5,7



Distorção idade-série nos anos finais (1º a 9º anos) do Ensino Fundamental diurno da rede municipal – MEC/INEP

	2012	2015	Evolução%	
Brasil	37,5	34,6	-7,9	
Avaliados	41,3	36,8	-11,0	
Certificados	38,9	33,9	-13,0	



Taxa de abandono no Ensino Fundamental da rede municipal (MEC/INEP)



Apesar de ainda se encontrarem **acima da média do Brasil**, os certificados tiveram avanço considerável de **33,8%** e os avaliados de **30,4%**, enquanto o país evoluiu apenas **26%**

MAIS CUIDADO COM GESTANTE E BEBÊ

Percentual de mulheres grávidas com 7 ou mais atendimentos de pré-natal - MS/SINASC

	2011	2015	Evolução%
Brasil	61,3	64,6	5,4
Avaliados	55,0	63,1	14,8
Certificados	58,1	66,6	14,6



Percentual de nascidos vivos com registro de nascimento subiu de **94,7%** para **96,9%** entre certificados de 2011 a 2014.

Mesmo abaixo da média nacional (**de 96,4% para 97,5%**), tiveram o dobro da evolução dos municípios brasileiros em geral

484 municípios do Semiárido transformaram a Semana do Bebê em lei municipal, assegurando ações futuras. Entre 2014 e 2016 foi realizada por **523 municípios** com expressiva mobilização social

2,1%, de 2012 a 2015, entre os municípios certificados no Semiárido. Esse percentual representa um avanço de quase 34%. Para se ter uma ideia, no Brasil como um todo, a melhora foi de 26%. Entre os avaliados, também houve evolução de 30,4%.

Assim como outras localidades, Teotônio Vilela (AL) aperfeiçoou o mapeamento dos estudantes infrequentes. Seis professores contratados se engajaram como agentes na mobilização “Fora da Escola não Pode!”. Com isso, o município diminuiu a taxa de abandono no Ensino Fundamental da rede municipal de 6,6% em 2013 para 0,5% em 2016. Toda semana o grupo checava a frequência nas escolas municipais e, a partir de cinco faltas, visitava a residência de quem estava ausente, orientando-o a voltar. O êxito ultrapassou 85% ao ano. Quando necessário, profissionais da Saúde ou o do Conselho Tutelar eram acionados para ajudar.

34

O professor agente Mirasmar Siqueira conseguiu que Letícia Silva Santana Oliveira e José Kauan Silva de Araújo voltassem a estudar, após conversar com os jovens, familiares e conhecidos. Letícia, 15 anos, retomou o oitavo ano e Kauan, 16 anos, o sétimo. A estratégia com Letícia foi entender que ela estava com dificuldades para acordar cedo e havia passado por duas cirurgias, então, mudou de período. Com Kauan, o docente pediu ajuda a um senhor próximo, que ele respeita e ouve, o qual aconselhou o jovem a retomar os estudos. “Eu mudei e comecei a ir para a escola”, diz o adolescente.

Creche e pré-escola

A dedicação dos municípios certificados do Semiárido à Primeira Infância, nessa edição do Selo UNICEF, foi constatada, entre outros fatores, pela oferta de novas creches e pré-escolas, um direito de toda

criança. Contando com recursos federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, prefeituras criaram unidades de ensino em bairros mais afastados de regiões centrais ou na zona rural com estruturas mais favoráveis à aprendizagem. A atitude demonstrou a preocupação de descentralizar a oferta da Educação Básica e garantir o direito de aprender aos mais vulneráveis.

Parte dos municípios arcou com a oferta de educação em tempo integral nesses espaços, medida fundamental porque aumenta a exposição das crianças às situações de cuidado, convivência e aprendizagem. A educação infantil (0 a 5 anos e 11 meses) é de responsabilidade dos municípios e consiste nos primeiros contatos com os espaços formais da Educação Básica, que o estudante deverá trilhar até atingir 17 anos.

O objetivo de melhorar os níveis de escolarização fez Arcoverde (PE) aumentar o número de creches e pré-escolas, investir na formação continuada de docentes e oferecer educação integral em todas as etapas do ensino municipal. **“Há integração das outras secretarias com a da Educação, o agente da saúde está muito presente, os pais estão com mais consciência de que lugar de criança é na escola, e temos conseguido formar ótimos leitores”**, avalia Zulmira Cavalcanti, secretária Executiva de Educação. Juntas, as medidas colaboraram para o município elevar o IDEB das escolas municipais (14 unidades de ensino) de 3,9 para 5,3, de 2011 a 2015, um avanço de quase 36%.

Inclusão de alunos com deficiências

Da mesma forma que dezenas de municípios certificados, a cidade pernambucana melhorou também no atendimento escolar



de crianças com diferentes deficiências: 8 passaram a frequentar a rede regular de ensino em 2014, 38, em 2015 e 84, em 2016.

José Davi dos Santos, 7 anos, é um deles. Tem dificuldades motoras, é cadeirante e deixou para trás um dia a dia isolado em casa. Saiu da invisibilidade quando passou a frequentar, em 2016, o 1º ano do Fundamental na Escola Municipal Alfabeto, que ganhou uma rampa para facilitar a entrada dos alunos cadeirantes na classe. Entre os resultados, as diretoras das escolas arco-verdenses apontaram relatos de mães que observaram melhoras cognitivas, de autonomia e de sociabilidade em seus filhos.

Essa mesma preocupação de inclusão esteve presente em demais municípios do Semiárido: 427 deles realizaram busca ativa, nessa edição do Selo UNICEF, para atualizar seus percentuais de crianças com necessidades educacionais especiais, medida fundamental para assegurar o acesso à aprendizagem. Secretarias municipais

proporcionaram, a dezenas de alunos com deficiências, salas de atendimento educacional especializado com educadores aptos a adequar os conteúdos regulares para cada perfil de estudante.

Água de qualidade, banheiro e cozinha na escola

No Semiárido, estima-se haver mais de 3.700 mil escolas sem água e mais de 1.500 sem esgoto. Para conviver melhor com essa realidade, a ação estratégica “Toda Escola com Água de Qualidade, Banheiro e Cozinha” incentivou nos municípios o diagnóstico da rede de ensino, bem como a criação e execução de um plano de ação. Ter água de qualidade saindo das torneiras, banheiros adequados, separados por gênero, e cozinha e refeitório aptos a preparar e a servir a merenda escolar são condições fundamen-



Um mundo inteiro em Pau dos Ferros (RN)

“Até surgir o NUCA eu era uma menina cega para a esfera política. Por meio dele, fortaleci minha própria identidade, pois coincidiu com meu processo de transição de gênero, e me formei politicamente. Foi um espaço de acolhimento dos que vivenciam identidades marginalizadas: negros, mulheres e gays”. Assim a jovem Clarice Telles, 19 anos, sintetiza os aprendizados do NUCA que mobilizou de forma vivaz sua cidade, de cerca de 30 mil habitantes. Lá, todas as escolas participaram ativamente do seminário Ser Adolescente no Semiárido, alunos opinaram em comunicação sigilosa (“carta amiga”) sobre a estrutura escolar, adolescentes criaram bibliotecas no presídio e em centro de reabilitação de dependentes e colocaram candidatos a prefeito na praça da Matriz para discutir o Plano Plurianual Participativo. Clarice pretende se tornar juíza e pontua: “Meu sonho seria se derrubássemos todos os muros entre poder público e sociedade civil”.

36

tais para o aprendizado dos alunos.

Como resultado, 2.710 escolas em 241 municípios ganharam mudanças em infraestrutura durante a edição do Selo UNICEF, principalmente, reformas ou construções, de forma a oferecer melhores condições de saneamento e abastecimento, gerando um impacto positivo na vida escolar de mais de 500 mil alunos.

Ao mesmo tempo, as unidades de ensino municipais foram estimuladas a abordar, com os estudantes, conceitos sobre Educação para a Convivência com o Semiárido, por meio da disseminação de dados e caminhos que promovem o desenvolvimento da região e valorizam sua identidade e tradição. Do total, 491 cidades aceitaram o desafio, contribuindo, assim, para uma educação mais contextualizada com a realidade local.

“Essa perspectiva da convivência em torno do direito humano à água resgatou o potencial local, criou conhecimento nas

redes municipais e uma sensação de orgulho em todos”, avalia Germano de Barros, presidente do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), parceiro do Selo UNICEF em Alagoas, Paraíba e Pernambuco.

Entre os 312 municípios certificados no Semiárido, 72 sobressaíram por apresentarem melhores práticas relativas à água e ao saneamento, como criação de Plano Municipal de Saneamento Básico, reparos na rede hidráulica, reformas de banheiros ou cozinhas, construção de cisternas, aquisição de purificadores de água e filtros, aulas informativas sobre recursos naturais, entre outras iniciativas. Avanços relevantes foram registrados nas escolas de 241 municípios.

NUCA: conhecer direitos é essencial para garanti-los

Meninas e meninos de 12 a 17 anos desempenharam papel essencial na edição

2013-2016 do Selo UNICEF. Contribuíram com seus municípios no Semiárido por meio de dezenas de iniciativas no Núcleo de Cidadania dos Adolescentes (NUCA), ação obrigatória na edição. Em contrapartida, o NUCA apoiou o desenvolvimento desses jovens e fortaleceu suas capacidades de participar das políticas públicas.

Pelo menos 525 municípios envolveram 11.500 adolescentes no espaço acolhedor e aconchegante do Núcleo, em rodas de conversa, debates com especialistas, seminários e fóruns nas comunidades e escolas. Foram ocasiões de reflexão sobre a diversidade e as desigualdades do município e, no processo, os grupos cultivaram sentimentos de comunidade, pertencimento e orgulho de sua região.

Cada grupo mapeou espaços de oportunidades de participação local para o jovem e identificou como poderia utilizá-los, conheceu novos bairros, promoveu o mínimo de dez oficinas temáticas e trabalhou a fer-

ramenta do UNICEF "Competências para a Vida", seguida de campanhas de conscientização, como "Por Uma Infância sem Racismo" e "Fora da Escola não Pode!". No NUCA meninas negras passaram a soltar seu cabelo afro, antes alisado, num autêntico reconhecimento de sua identidade.

As atividades personificaram o artigo 12 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que trata de todas poderem expressar suas opiniões e serem consideradas em todo assunto que as afete. Exemplos virtuosos foram as cartas de reivindicações de direitos enviadas a prefeitos e prefeitas.

Destacou-se igualmente o envolvimento expressivo dos adolescentes em mutirões de combate ao mosquito *Aedes aegypti*. "Nós entendemos melhor um ao outro e sabemos falar de uma maneira menos formal, mais descontraída. Isso cativa mais o jovem", conta Miriã Oliveira, 15 anos, que participou das mobilizações em





Braço direito (e esquerdo) na prefeitura

Na pequena Rodolfo Fernandes (RN), de 4,5 mil habitantes, João Everton Oliveira, 24 anos, conheceu o Selo UNICEF aos 12 e, de lá para cá, vivenciou plenamente a participação juvenil. A tal ponto que, na metade da última certificação, pelo seu desempenho nas mobilizações, foi nomeado articulador. Reverteu com isso um cenário de técnicos desmotivados, e o município sagrou-se vencedor. A gestão seguinte o convidou para ser chefe de gabinete. “Descobri que para trabalhar políticas públicas é só ter vontade, convocar e fazer. Fiquei mais humano, humilde, maduro e passei a me colocar na situação da criança.” Entre os momentos mais marcantes, o hoje graduando de contabilidade relembra o dia em que crianças da zona rural que estavam fora da escola passaram a frequentá-la. Celebra também a aprovação do Plano Municipal da Primeira Infância, a Semana do Bebê no calendário local e os colegas de NUCA que ingressaram na universidade.

38

Araçuaí (MG) por uma semana.

Um dos momentos mais emblemáticos envolvendo os NUCAs se deu no seminário “Ser Adolescente em Meu Município”, com celebração e prestação de contas das ações. A edição registrou também uma convivência harmoniosa da diversidade de identidades (de gênero, raça/etnia, deficiência, grupo etário, moradia), bem como as conquistas de jovens que, depois dos aprendizados no Núcleo, alçaram voo e passaram a ocupar assentos em conselhos, secretarias ou gabinetes de prefeituras, manifestaram-se em diversas conferências públicas e acessaram a universidade. A vivência na criação de políticas públicas estimulou também escolhas profissionais nas áreas dos direitos humanos.

Mais cuidados com gestante e bebê

“Queda na taxa de mortalidade, mais cobertura vacinal, Semana do Bebê, Plano Municipal para a Infância, com as ações virando legislação, e trabalho integrado entre Educação, Assistência e Saúde. Tudo isso melhorou o direito da criança sobreviver e se desenvolver”. Assim Wilmarques Santos, articulador de Itabaiana (SE), exemplifica a atenção dos municípios do Semiárido, nessa edição, com os primeiros anos de vida, que influenciarão todos os demais.

O conjunto dos avanços para a população de 0 a 6 anos foi relevante na região, que promoveu diminuição da taxa de mortalidade infantil, aumento do acesso ao pré-natal, capacitações de profissionais que atendem gestantes e crianças, evolução na investigação do óbito infantil e melhoria no registro de nascimento no primeiro ano de vida.

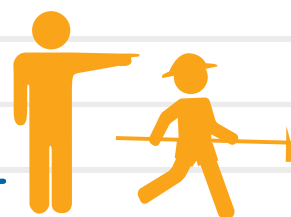
A colaboração entre Saúde, Educação



638 municípios
declararam ter **Conselhos Tutelares**
com padrão mínimo de
funcionamento de acordo com o **ECA**



491 localidades
com ações de informação e comunicação
de **prevenção à violência sexual**



451 municípios
com iniciativas de alerta e esclarecimento
sobre **trabalho infantil**



346 cidades
com **ações de prevenção** e atendimento a crianças
e adolescentes em situação de **trabalho infantil**



Mais de **11.500 adolescentes**,
de pelo menos **525 municípios**, fortaleceram suas
capacidades de participar das políticas públicas nas
atividades do **Núcleo de Cidadania dos
Adolescentes (NUCA)**



Trilha sonora do protagonismo

A artista pop Katy Perry conquistou o coração da adolescente Jennyfer Emanuely de Souza Ferreira, de Monsenhor Hipólito (PI), pela música e pela atitude. “Ela sofreu preconceitos no começo da carreira e não desistiu. Com o jovem é igual: temos de parar de pensar no ‘eu não consigo’ e pensar em ‘como é que eu vou conseguir’”, reflete a estudante de 17 anos, cantora e cover de Katy. “Antes do NUCA, eu não tinha consciência da minha voz e do tamanho que eu posso ter. Percebi, em Brasília, falando aos políticos, que ali era onde eu deveria mesmo estar.” Em sua cidade, com cerca de 50 adolescentes dos NUCAs das áreas urbana e rural, discutiu gravidez na adolescência, exploração sexual, prevenção ao uso de drogas, *bullying*, participou de mutirão contra a dengue e, sempre que pôde, cantou, como na Semana do Bebê.

40

e Assistência Social tomou forma nos 331 municípios que puseram em prática seu Plano Municipal pela Primeira Infância, dispositivo intersetorial com diagnóstico, ações e metas para assegurar o atendimento pleno dos direitos das crianças.

Municípios certificados e avaliados diminuíram sua taxa de mortalidade infantil, de 2011 a 2014, com progresso superior à média do Brasil. Para detectar as causas dos óbitos infantis – o que ajuda no aprimoramento das políticas públicas –, as localidades certificadas investigaram, em 2014, 93% das mortes de crianças de menos de 1 ano, ao passo que no país a média ficou em 82%. Apoiadas nas orientações do Selo UNICEF, cidades pequenas mantiveram zeradas suas taxas de mortalidade infantil, como Viçosa (RN), ou chegaram próximo disso, a exemplo de Serra Dourada (BA).

A assistência preventiva e contínua à gestante e ao feto também alcançou melhora entre os municípios certificados: o percentual de mulheres com sete ou mais consultas de pré-natal subiu de 2011 a 2014, beneficiando mais de 14,2

mil gestantes. Tal progresso, de 14,6% nos certificados, ultrapassou a melhor nacional, de 5,4%. Já o percentual de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados também aumentou em 5,6% entre os certificados – mesma evolução do Brasil.

Para ampliar os cuidados com gestantes, mães e bebês, 383 municípios realizaram ações de atenção ao pré-natal e 416 capacitaram profissionais que atendem grávidas e crianças para evitar a transmissão vertical (da mãe para o bebê) do HIV, hepatite B e sífilis.

Aumentaram também, entre os certificados pelo Selo UNICEF na região, os registros de nascimento no primeiro ano de vida, um direito de toda criança. Mesmo abaixo da média nacional, tais localidades tiveram o dobro da evolução dos municípios brasileiros em geral.

Pré-natal indispensável

A comunidade de Araçuaí (MG) intensificou as ações de assistência às gestantes,

elevou o número de futuras mães no grupo municipal de gestantes e no acompanhamento médico e melhorou indicadores. Entre 2013 e 2015, o percentual de gestantes que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal passou de 55% para 72,5% e nenhum óbito materno foi registrado.

“Os óbitos infantis são poucos e, quando acontecem, são problemas perinatais, más formações congênitas ou alterações genéticas”, explica a Coordenadora da Atenção Básica do município, Cássia Lopes Elias. Sônia Matos, mãe da menina Luzia Vitória, recorda-se: “Fiz todos os exames no pré-natal. Nas consultas no PSF [Programa Saúde da Família], fui incentivada ao parto normal e também participei de palestras sobre como amamentar”.

Assim como Araçuaí, municípios mineiros certificados no Selo UNICEF evoluíram

na diminuição da taxa de mortalidade infantil: uma queda de 24%, indo de 17,9 por mil nascidos vivos em 2011 para 13,6 em 2014. E os avaliados também avançaram, com uma diminuição de 22,7%.

Atenção ao nascimento

Maracanaú, município cearense com população estimada de 225 mil habitantes, elevou, entre 2011 e 2014, o percentual de mulheres grávidas com sete ou mais atendimentos de pré-natal de 49,7% para 62% e subiu a porcentagem de óbitos infantis investigados de 94,4% para 100%. A equipe de gestores aprimorou também o parto humanizado, já oferecido no Hospital da Mulher e da Criança Eneida Soares Pessoa.

Inserido no programa federal Rede Cegonha, de atenção à saúde materno-infantil,



o equipamento público realiza em média 350 partos ao mês e atende a outros oito municípios vizinhos. Dos diálogos durante a ação estratégica Semana do Bebê nasceu a ideia de as gestantes poderem escolher o parto normal dentro da água morna.

Em 2015, uma banheira foi instalada no Centro de Parto Normal (CPN) do hospital. A proposta para facilitar o processo do nascimento sem cirurgias ou medicamentos tem a supervisão de profissionais multidisciplinares e conta com o auxílio de terapias para reduzir dores e estresse.

Grávidas da região acessam ali uma série de cuidados de pré-parto, parto e puerpério, que, junto com o pré-natal, contribuem para reduzir as taxas de mortalidade materna e

neonatal. Exemplos: leitos específicos, conforme nível de risco; centro cirúrgico; presença de um acompanhante de sua escolha; método “mãe-canguru”, para que o bebê prematuro ganhe peso, com redução do uso de incubadoras; além de planejamento familiar e incentivo ao aleitamento materno e ao parto normal. “Aqui o pai não é visita: pode acompanhar a mãe no processo todo”, explica Luciana Carneiro, enfermeira-gerente.

O olhar atento para o nascimento permitiu que Pedro Henrique da Silva Mendes viesse ao mundo com segurança, no parto normal de sua mãe, a estudante Maria Gabriele da Silva Felix, 18 anos. “Correu tudo bem e estou amamentando”, disse, no leito, com sorriso no rosto, enquanto segurava o bebê.

42



A arte da política. A política na arte.

Ícaro Cássio dos Santos Marques, 15 anos, e Leandro Barros da Silva, 20 anos, ambos de Bananeiras (PB), têm anseios distintos. Ícaro quer voar no mundo como vereador e prefeito, para trabalhar pela cidade. Leandro pretende se tornar professor de artes, para transformar pessoas. Dois amigos, dois desejos de futuro, conectados por um NUCA bastante atuante nas atividades do Selo UNICEF. Ícaro conta que, antes dessa experiência, tinha um “pensamento vazio”, de “mesmice”, “até a favor da redução da maioridade penal”. Isso mudou: “Tenho que lutar pela criança na escola, e não lutar para o jovem ir para a cadeia”. Leandro relata que aprendeu a compartilhar suas ideias e perdeu o medo de expô-las em público graças às atividades no NUCA. “Era calado, fiquei falante. Já discuti com professor de igual para igual sobre grafite e pichação. Hoje, dou aulas com desenvoltura e quero inovar no ensino das artes.”



Das privações ao Conselho Tutelar

De sua mesa impecável no Conselho Tutelar de Eusébio (CE), o falante Makciel Castro, 24 anos, estudante de direito, detalha com orgulho a trajetória de menino quieto na escola a conselheiro tutelar, posto que ocupa desde 2016. A largada foi aos 12 anos, quando professoras o indicaram para um projeto municipal com o propósito de alertar outros adolescentes sobre prevenção de DSTs. Descobriu que podia ser popular na escola, criou o grêmio e não parou mais de participar das políticas de infância e adolescência. Com outros colegas, ajudou a desenhar o Agente de Saúde Adolescente (ASA). “Quando vi, estava na organização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.” O que o move? “Quebrar o eterno ciclo de histórias como a minha, de avó analfabeta e mãe doméstica. Sou o que sou porque as políticas públicas me deram a chance de falar, errar, acertar. Política dá trabalho, mas também dá certo.”



Semana do Bebê, exemplo de mobilização

Estudos comprovam que os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento das estruturas física e psíquica da criança e de suas habilidades sociais. Experiências nesse período a influenciam por toda a vida, assim como se tornam decisivas na relação com as pessoas. Por isso, a ação estratégica Semana do Bebê configura um momento significativo para o município refletir, aperfeiçoar-se para cumprir melhor suas responsabilidades e elaborar novas políticas públicas integradas para a população de 0 a 6 anos.

Nessa edição do Selo UNICEF, a transformação da Semana do Bebê em lei municipal foi de extrema relevância para assegurar sua continuidade: 523 municípios do Semiárido realizaram-na pelo menos uma vez entre 2014 e 2016 e, desse universo, 484 localidades inseriram-na no calendário municipal.

Uma considerável sensibilização sobre

o cuidado com as gestantes, mães e seus filhos teve lugar nas cidades, em palestras, rodas de conversas, *workshops* e prestação de serviços em espaços públicos. As mobilizações criativas e vibrantes incluíram desfiles de mães com carrinhos, shows, teatro, noites culturais, distribuição de mudas de plantas, homenagens a avós, hospital de brinquedos e até competições de vitrines entre lojas.

As discussões das Semanas dos Bebês incentivaram, por exemplo, os municípios do Semiárido a melhorarem substancialmente a cobertura da vacina pentavalente (difteria, tétano, coqueluche e *Haemophilus influenzae* tipo B – meningite e outras doenças bacterianas – hepatite B), distribuída pelo governo federal e essencial para imunizar todas as crianças menores de um ano.

Iracilda Almeida, articuladora de Teotônio Vilela (AL), relata que mães mudaram seu olhar em relação a seus bebês. “Depois de aprenderem sobre a massagem com *shantala*, várias diziam ‘agora, eu sei

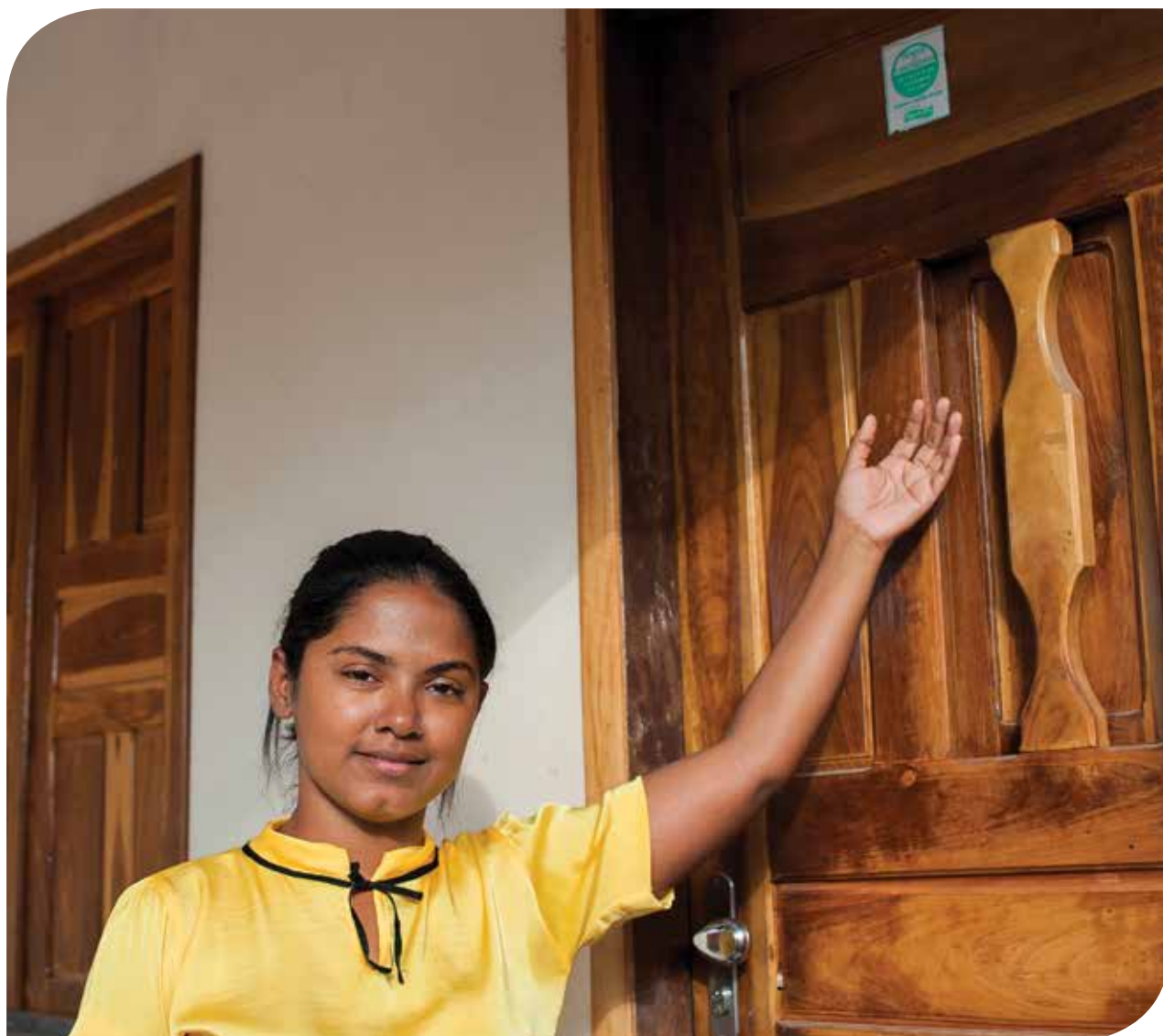
fazer carinho nele’. Contaram também que passaram a observar melhor as brincadeiras. Hoje, mães e pais participam da nossa Semana.” O município alagoano elevou, nessa edição, o percentual de mulheres grávidas com sete ou mais atendimentos de pré-natal de 50,8% em 2011 para 66,7% em 2014, um progresso de quase 16%.

Combate ao *Aedes aegypti*

Uma das características que marcam a história do Selo UNICEF é a adaptação e a evolução de sua metodologia. No início de 2016, quando o Brasil enfrentava o começo da epidemia de zika que afetou milhares de famílias brasileiras – a maio-

ria delas no Nordeste –, o UNICEF desafiou os municípios participantes do Selo UNICEF a colocar em prática uma nova Ação Estratégica. Mesmo faltando poucos meses para o término do processo de envio de documentos de comprovação, 716 municípios assumiram esse compromisso: envolver gestores e população para, juntos, combater o *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, febre amarela, chikungunya e zika vírus.

Municípios do Semiárido promoveram forte mobilização para eliminar focos do *Aedes*. Foi em resposta ao acelerado aumento, em poucos meses, de casos de microcefalia em recém-nascidos relacionados à infecção pelo vírus zika, além da endemia de dengue.



Voz alta pelo fim do trabalho infantil

Quem ouve Felipe Caetano, de Aquiraz (CE), discorrer aos 15 anos sobre suas mais de cem palestras proferidas nos últimos dois anos pode até duvidar de sua pouca idade. O despertar do NUCA para a participação política e a causa do trabalho infantil o levaram à militância diária: foi atuante na criação do primeiro comitê de adolescentes para discutir o trabalho infantil no Brasil e no mundo, além de marcar presença em conferências regionais, estadual e nacional. Causava-lhe incômodo o fato de só adultos falarem para adultos sobre trabalho infantil. “E por que os violados não estão falando? É o mesmo que ter direitos da mulher debatidos só por homens”, argumenta. Para ele, “A ‘família’ NUCA trouxe ‘irmãos de luta’ e ensinou que o direito à participação é o caminho para garantir todos os outros direitos”.



A medida para assegurar às crianças o direito de sobreviver e se desenvolver foi incluída em 2016 nas ações estratégicas do Selo UNICEF, no eixo Participação Social, e contou ponto extra para a certificação dos municípios que comprovaram a redução do número de mosquitos e o risco de proliferação das doenças que ele transmite.

Pelo menos 2.300 mobilizadores municipais participaram de capacitações no Semiárido, gestores criaram e apoiaram o Comitê Municipal Intersetorial de Combate ao *Aedes aegypti* e promoveram mutirões e faxinas semanais para acabar com criadouros do mosquito em residências, instituições públicas e espaços comuns. No Semiárido, 516 municípios realizaram mutirão de combate ao *Aedes aegypti* nas comunidades e 482 municípios promoveram atividades de prevenção contra o mosquito nas escolas da rede municipal.

Em Água Branca (PI), a estudante Daniely Oliveira da Silva, 20 anos, hoje vive livre do *Aedes aegypti*. O município debe-

lou a dengue, confirmando só dois casos em 2016. Antes, a cidade atingira em 2013 o elevado nível 7 no Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAa), quando o nível 5 já é de alerta. A solução foi integrar vigilâncias: agentes comunitários de endemia se uniram à equipe do Programa Saúde da Família (PSF) em vistorias em 9.500 domicílios para combater focos do mosquito, enquanto a Secretaria de Obras limpou vias.

Cada casa recebeu selo verde (livre de foco), ou amarelo (criadouro, mas sem larvas), ou vermelho (com larva e pupa). Escolas também foram mobilizadas, e a E.M. Maria do Carmo Ennes Fonseca ganhou troféu por contar com o maior número de alunos, professores e funcionários de casas com selo verde, conforme foto ao lado. A seguir, nova lei municipal concedeu incentivo à moradia com selo verde em três vitorias: desconto de 30% no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Assegurou, assim, mais sustentabilidade à política pública da Saúde.

Apoio ao Sistema de Garantia de Direitos

EIXO IMPACTO SOCIAL

Para garantir a etapa de vida da adolescência

► Direito de ser adolescente



Todas as crianças e adolescentes do município têm de estar acessando políticas públicas multissetoriais e sendo reconhecidos pela sociedade por sua capacidade de contribuir para transformar sua realidade

► Objetivo do município



Realizar ações efetivas para assegurar a distribuição da Caderneta de Saúde do Adolescente e a capacitação de profissionais para seu uso, a instalação e o funcionamento adequado do Comitê/Conselho de Combate às Drogas, a execução da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, com os adolescentes como delegados, a implantação do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes (NUCA) e promovendo seu engajamento na concretização das Ações Estratégicas de Participação Social

► Indicadores de impacto social



O município tem de melhorar em: diminuição do percentual de nascidos vivos de mulheres de 10 a 19 anos; aumento do percentual de adolescentes de 16 e 17 anos cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

A prevenção e o enfrentamento da violência sexual e do trabalho infantil se fizeram presentes na agenda dos municípios engajados no Selo UNICEF, nos últimos anos, mas ainda é preciso que os resultados evoluam. O avanço pressupõe mais fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos nos municípios, com iniciativas que diminuam efetivamente a exploração e os abusos e que levem em conta, em cada criança, as dimensões de gênero, raça/etnia, moradia e deficiências.

No Semiárido, 491 municípios promoveram ações de informação e comunicação de prevenção à violência sexual e 451 ao trabalho infantil, que atinge meninos e meninas de famílias mais vulneráveis. E 186 localidades relataram executar iniciativas de prevenção à morte violenta de adolescentes. Além disso, 346 municípios implementaram ações de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, interrompendo, assim, uma rotina aguda de responsabilidades e desproteção; e 158 colocaram em prática programas de prevenção e notificação compulsória de violência doméstica e sexual.

Novamente, a metodologia da edição valorizou o trabalho harmônico do CMDCA, na formulação, monitoramento e avaliação das políticas, e do Conselho Tutelar, no atendimento e encaminhamento adequados dos casos de violência, abuso e exploração. Dos municípios participantes no Semiárido, 638 informaram ter Conselhos Tutelares com padrão mínimo de funcionamento. Como resultado, ampliou-se a compreensão dos gestores e da população sobre a importância dos conselheiros e do acompanhamento, alerta e vigilante, de cada criança e adolescente.

Mesmo assim, meninos e meninas em conflito com a lei em meio aberto ainda contam com escassas políticas municipais de atendimento socioeducativo adequado: somente 252 municípios do Semiárido informaram dispor dos instrumentos mínimos para implantar essa política.

Um CMDCA e um Conselho Tutelar ativos e participativos podem auxiliar substancialmente no avanço das várias políticas para crianças e adolescentes. É o que Paulo Afonso (BA), de cerca de 120 mil moradores, vem colocando em prática. Conselheiros do CMDCA participaram das escutas à população local para a construção coletiva dos Planos Plurianuais (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). “Nesses encontros olhamos, inclusive, indicadores dentro do Selo UNICEF e dissemos: ‘a gente precisa inserir essa política aqui para a infância’”, conta Bruno Diniz Gomes da Silva, articulador, presidente do CMDCA e coordenador da Casa dos Conselhos, órgão cogestor da política de Assistência Social local.

Os conselheiros também contribuíram com as decisões para ampliar creches e pré-escolas: “O próprio Conselho Tutelar sinalizou ao CMDCA a quantidade de crianças que demandavam creches. Aqui a gente tem um diferencial, que é o diálogo, e **nosso anseio chega aos secretários da saúde, educação, assistência**”. A prioridade ao adolescente em Paulo Afonso pode ser observada ainda na adesão ao programa federal Juventude Viva, que colaborou para diminuir o número de mortes violentas de jovens negros, assim como nos CRAS e CREAS bastante atuantes.

Mobilizações contra o trabalho de crianças

O curta-metragem de animação *Vida Maria* (Márcio Ramos, 2006) conta a história

de Maria José, uma menina de família de baixa renda que é obrigada a deixar os estudos para trabalhar. Os anos passam, ela fica adulta, casa, tem filhos e envelhece. A película convoca à reflexão sobre a reprodução do trabalho infantil que ainda afasta milhares de Marias dos direitos de aprender, de se desenvolver e de ser criança.

A prevenção e o enfrentamento do trabalho infantil vêm ganhando corpo nos municípios participantes do Selo UNICEF nos anos recentes. As feiras livres, onde há casos de meninos em situação de exploração, foram alvo de campanhas em muitos municípios.

Nova Cruz (RN) é um dos muitos exemplos. Em 2015, por ocasião do 12 de junho, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, reuniu adolescentes e técnicos da Secretaria de Assistência Social, que coletaram dados das crianças nas feiras para a inclusão em iniciativas de proteção. No mesmo ano, a cidade aprovou seu Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, enquanto dezenas de alunos do Fundamental participaram do Primeiro Concurso de Combate ao Trabalho Infantil – uma gincana entre escolas, com apresentações de paródias, cordel, faixas, gritos de guerra e doações de alimentos.

“Percebi uma diminuição de crianças pequenas fazendo frete na feira. Mas a sociedade e o poder público ainda precisam incentivar mais a educação. Lugar de criança não é trabalhando. Se não for à escola aprender, sofrerá com o analfabetismo, empregos ruins e salários baixos”, analisa Danilo Ambrósio, 17 anos, aluno do 9º ano do Fundamental à época das mobilizações.

Articuladoras multiplicadoras

Um dos resultados da participação de técnicos municipais no Selo UNICEF foi o

aumento do nível de conhecimento dos mesmos sobre os direitos de crianças e adolescentes. Três articuladoras do Piauí multiplicaram o que aprenderam para localidades vizinhas a seus municípios. Qualificadas e comprometidas com a causa da

infância e adolescência, Gilda, Maria Cláudia e Maria Edivane se tornaram referência e passaram a encorajar outros técnicos a utilizar a metodologia para melhorar os indicadores de saúde, educação, assistência e demais áreas.



“Iniciei como articuladora em 2006, já passei por três grupos políticos diferentes e prossegui no posto. O Selo UNICEF agrega muito. Ele é a nossa universidade. Traz a capacidade de olharmos para famílias e comunidades e para nos sensibilizarmos para diversos temas. Passamos a ver a causalidade: há uma situação de vulnerabilidade anterior para uma pessoa não ter acesso às oportunidades. Mas, se tiverem o mínimo de compromisso, só pela metodologia, os municípios já conseguem avançar, garantindo direitos para os mais vulneráveis. E o Selo UNICEF ajuda na gestão em geral: aqui, por exemplo, empoderamos muito o CMDCA, e nosso Plano Plurianual tornou-se participativo e descentralizado”. **Maria Edivane da Silva Gomes, assistente social, articuladora de Arcoverde (PE)**



“Participar do Selo UNICEF é mais que um compromisso de gestão pública, é um compromisso moral. Ter gerado meu filho nessa edição potencializou toda a minha indignação e incômodo com a situação das crianças. Aumentou minha sede de mudança, a vontade de fazer pérolas da areia. Chacoalhemos todas as esferas, inclusive a Justiça, para formar a rede de proteção; fomos a voz ativa daquela criança que sofre abuso ou negligência, que na maioria das vezes não fala”. **Maria Claudeia de Lima e Sousa, assistente social, ex-articuladora de Sussuapara (PI) e articuladora de Picos (PI) nessa edição**

49



“Capacitações, documentos, conversas, tudo isso me humanizou como liderança comunitária na zona rural. Era mais rígida, vivi uma realidade dura, como a de algumas dessas crianças, e, então, passei a observar melhor as causas dos problemas. Estudei tanto o Selo UNICEF que, a certa altura, já tinha decorado tudo, tanto que cinco municípios me procuraram, desesperados. De todas as alegrias que tive, a maior delas foi ver o Ítalo correndo, feliz, livre como uma andorinha, longe da caixa de engraxate, estudando, brincando e sendo criança.” **Gilda Tavares, pedagoga, articuladora de São João do Piauí (PI)**

Visão sistêmica a serviço dos direitos da criança

Bananeiras, município da Paraíba laureado com o Selo UNICEF por quatro vezes, buscou nortear a gestão por planejamento e ações entre secretarias nessa edição. “Esse planejar constante, no cotidiano, integrado, tem que ser algo tão natural quanto dar bom dia”, pondera o prefeito Douglas Luce-na Moura de Medeiros, que reunia a equipe constantemente para avaliar o andamento dos indicadores. “O Selo UNICEF ‘obriga’ a pensar em conjunto, não só entre as áreas, mas também entre os municípios”. Um exemplo veio da campanha “Infância Sem Racismo”, ação estratégica promovida em parceria com municípios vizinhos.

A cidade tem características comuns a outras certificadas e que também abraçaram a gestão integral por resultados. Exemplos concretos dessa forma de atuar incluem: descentralização e itinerância de serviços públicos para atender a populações infanto-juvenis mais distantes e vulneráveis; monitoramento do andamento das políticas; uso de recursos federais para construção de equipamentos públicos ou execução de programas de saúde e educação; apoio de governos estaduais em infraestrutura ou programas; parcerias com grandes fundações ou institutos.

“A pavimentação na área rural, promovida com o governo estadual, combinada ao transporte escolar, com o governo federal, garante o direito de a criança aprender. Elas não ficam mais meses fora da escola como no passado”, aponta o prefeito. O município tem território extenso, de 258 km², com escolas a até 50 km do centro. No total são 23 unidades de educação municipal e 9 Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

Traços da integralidade a serviço dos direitos da infância refletem-se na melhora de indicadores do município: queda na taxa de mortalidade infantil, investigação de todos os óbitos infantis, cobertura de 100% para vacinação pentavalente, diminuição da taxa de abandono no Ensino Fundamental na rede municipal, redução da distorção idade-

-série nos anos finais (6º a 9º ano) do Fundamental diurno da rede municipal, aumento do percentual de crianças de até 1 ano de idade com registro civil, entre outros.

Em Horizonte (CE), também veterano no Selo UNICEF, o princípio de que cada pássaro contribui com sua gota para apagar um grande incêndio fundamentou a gestão na criação do projeto Beija-Flor. Duas comissões, intersetorial e técnica, com secretarias e a comunidade local, atreladas ao gabinete do prefeito, se reuniram para construir as políticas municipais, de uma forma transversal e integral, para a cidade de 65 mil moradores.

Desafios variados compunham a pauta nos diálogos: de registros civis de nascimento e aleitamento materno a drogas e juventude, passando por evasão escolar. “Cada um pôs a sua gota. Aprendemos que fazer junto era melhor que separado e vimos a evolução na vida dos moradores”, avalia Jô Farias, articuladora e criadora da iniciativa. A prática da intersetorialidade levou Horizonte a zerar indicadores negativos, como a mortalidade materna, e inspirou a administração de outros municípios cearenses.

Não muito longe dali, outra dinâmica de cooperação também se evidenciou. Na região serrana cearense, 15 prefeituras da Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB) inscreveram-se em todas as edições do Selo UNICEF e se apoiaram mutuamente. Entre 2013 e 2016, discutiram a metodologia e o perfil necessário ao articulador e mobilizaram as primeiras damas. Seis dos 15 municípios foram certificados: Barreira, Guraramiranga, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Diógenes Luz, articulador de Pacoti, conta sobre os avanços. “Ações como o combate ao *Aedes aegypti* mudaram nossa rotina. Houve uma mobilização gigante do poder público, por meio de suas secretarias e escolas, além dos jovens e da população. Eles participaram ativamente, a partir do que o UNICEF alertou, orientou e sugeriu, para revertermos o quadro negativo.”





AMAZÔNIA

Uma menina com uniforme escolar e mochila, à margem do rio, espera o barco para ir à escola. A cena captura o “fator amazônico”, em que o rio é a estrada e áreas rurais extensas, de baixa densidade populacional, com territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos, abrigam crianças e adolescentes ávidos por aprender e viver plenamente.

Habitam 808 municípios da Amazônia Legal brasileira cerca de 26 milhões de pessoas e, desse total, em torno de 37% é composto por crianças e adolescentes de até 17 anos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2016 do IBGE, sendo esta a maior proporção de menores de 18 anos do país. A maioria dos indicadores sociais se encontra abaixo das



médias nacionais e, de toda a população indígena brasileira, a maior parte vive na região e enfrenta mortalidade e desnutrição infantis, sub-registro de nascimentos e lacunas na oferta de educação para crianças e adolescentes.

O acesso a serviços públicos, muitas vezes, está condicionado a longos deslocamentos, até dentro de um mesmo município. Com exceção das capitais, apenas 20 municípios têm mais de 100 mil habitantes. A alguns deles só se chega por barco ou avião. As cidades fronteiriças têm de lidar

ainda com agravantes, como os fluxos migratórios, que impactam no cotidiano da administração pública.

Imbuídos da necessidade de garantir direitos a cada menino e menina da Amazônia, 294 municípios avaliados enfrentaram, na segunda edição do Selo UNICEF na região, a missão de fortalecer sua capacidade de coleta, registro e sistematização de dados, aprimorar suas competências técnicas e avançar na qualidade dos serviços públicos, muitas vezes refreada por estrutura e equipamentos rudimentares.

AMAZÔNIA

192 municípios certificados

População dos municípios da Amazônia participantes da edição: mais de **18,5 milhões de pessoas**, das quais cerca de **7 milhões** tinham de **0 a 18 anos** incompletos.



Amazônia

54



Roraima

5 municípios



Boa Vista



Amazonas

15 municípios



Acre

9 municípios



Rio Branco



Rondônia

18 municípios



Ilustrações de crianças e adolescentes da Amazônia e dos desafios de mobilidade da região que vêm sendo utilizadas para retratar o Selo UNICEF na Amazônia há alguns anos.



Ao final, os 192 municípios certificados na Amazônia destacaram-se principalmente por: reduzir a mortalidade infantil, melhorar o registro civil de nascimento e a investigação de óbitos materno e infantil, aumentar o acesso ao pré-natal, diminuir o abandono escolar e a distorção idade-série, promover mais práticas esportivas, mobilizar-se contra o *Aedes aegypti* e propiciar a participação de adolescentes na JUVA. Os certificados finalizaram a edição com quase a totalidade dos indicadores medidos mais elevados que os da Amazônia, ainda que precisem aumentá-los para se nivelarem ao Brasil como um todo.

“O Selo UNICEF provoca melhorias porque atua dentro de cada município, onde muitas vezes nem o governo federal, nem o estadual, salvo algumas exceções, conseguem penetrar. Ele dá uma vida nova ao município”, avalia o professor Hiroshi

Matsumoto, da Escola de Formação de Governantes (EFM/MA), em São Luís (MA), parceiro na execução do Selo UNICEF.

Um exemplo concreto veio do Plano de Ação, elaborado por 397 prefeituras como requisito para prosseguirem na certificação. Ele deveria conter diagnóstico qualitativo, indicadores e seus obstáculos ou “gargalos”, soluções aplicáveis, metas, prazos e responsáveis. Uma parcela das prefeituras incorporou-o, nessa edição do Selo UNICEF, ao já obrigatório Plano Plurianual (PPA) – planejamento municipal de longo prazo com diretrizes, metas e objetivos –, colaborando, desse modo, com a institucionalização das políticas para a infância e a adolescência nas cidades.

De acordo com o professor Hiroshi, na Amazônia, os impactos positivos do Selo UNICEF na edição foram bastante visíveis nas localidades de menor população, na-



quelas em que o governo estadual atuou mais efetivamente e nas que contaram com o compromisso do prefeito. Quanto à gestão por resultados com base em evidências, Hiroshi considera que **“foi plantada nas prefeituras amazônicas a semente para que se trabalhe de forma mais integrada e com planejamento, não só com urgências do dia a dia”**.

Avanços na gestão

Em Abaetetuba (PA), uma reunião de gestores, no fim do processo de certificação, terminou com o secretário de Finanças aplaudido pela equipe. Motivo: estava defendendo recursos e ações para a criança e o adolescente. Logo ele que, no início, era refratário a toda iniciativa que pudesse vir a “impactar o orçamento”.

Esse foi um dos resultados incontesteáveis, apontado pela prefeita e psicóloga Francinete Carvalho. “Ganhamos o secretário de Finanças para a infância e a adolescência!”, comemorou, à época, a primeira mulher eleita para gerir a cidade, que também se dedicou a aprender mais, indo aos ciclos de capacitações. “O Selo UNICEF dá uma coisa que não tem preço, que é conhecimento. Faz a equipe crescer, em uma gestão mais horizontal. E o planejamento é indispensável: você não chega a lugar algum, se não sabe aonde quer ir.”

Situada no nordeste paraense e com 72 ilhas, Abaetetuba vive o desafio da mobilidade e da descentralização das políticas. A localidade inspirou o Pará ao aprovar o Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, elaborado com as secretarias municipais, sociedade civil, conselhos e crianças. Assim como outras prefeituras que incorporaram a gestão intersetorial por resultados, uniu esforços, conseguiu diminuir a taxa de mortalidade infantil e elevou o percentual de mulheres

grávidas com sete ou mais atendimentos de pré-natal.

Em educação, aumentou o percentual de escolas municipais que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB nos anos iniciais, o que significa que se tornou menos desigual educacionalmente, pois diminuiu a diferença de desempenho entre suas

Pequenos grandes passos

Comprometidos e empenhados, Amajari (RR), Ipixuna (AM) e Jordão (AC) desenvolveram as atividades previstas na metodologia do Selo UNICEF, melhoraram indicadores e conquistaram a certificação.

Com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) muito baixo (renda, longevidade, educação), marcado principalmente pelas fragilidades na área da educação, os três municípios participaram do Curso de Aperfeiçoamento (“Planejamento e Gestão do Projeto Selo UNICEF – Edição 2013-2016”), ministrado pela Escola de Formação de Governantes (EFG-MA). Pela evolução atingida, demonstraram que municípios com desafios extremamente exigentes podem fazer mais por suas crianças e adolescentes.

No norte de Roraima, fronteira com a Venezuela, Amajari capacitou profissionais da saúde para realização de Teste Rápido Diagnóstico (TRD) de HIV nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), promoveu a Semana do Bebê, a marcha contra o *Aedes aegypti*, palestras nas escolas sobre a importância do IDEB, projetos e feira de ciências, além de atividades extraclasse. Somadas, as iniciativas contribuíram para criar uma atmosfera mais positiva nos espaços públicos.

unidades de ensino. Ao mesmo tempo, incluiu mais crianças com deficiência na rede regular, acompanhadas por professores cuidadores. Criou, ainda, biblioteca e Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), em bairro vulnerável, compartilhando a gestão com a comunidade.

“Aos poucos, a criança se tornou prioridade para todas as secretarias. O secretário de Finanças viu que, se o orçamento não a prioriza, os indicadores não avançam. O de Obras entendeu que uma rampa na escola promove inclusão. O de Agricultura enxergou a necessidade de alternativas de renda para combater o trabalho infantil”, conta a prefeita Francinete. Para levar mais recursos e conhecimento à cidade, técnicos acessaram editais para novas creches ou para capacitação de professores. E o que ficou de toda a trajetória? “Aprendemos com o Selo UNICEF que uma cidade boa para uma criança é boa para todo mundo.”

No estado de Mato Grosso, primeiras damas se engajaram na edição e atuaram

como multiplicadoras da metodologia. “Ajudamos a capacitar municípios, trabalhamos indicadores e “traduzimos” os direitos. ‘Isso aqui melhorou? Mas melhorou no quê? E quanto?’ Fui levando o uso do indicador a outras áreas e acabei sendo mediadora em vários municípios”, relata Letícia de Arruda Monteiro de Albuquerque, assistente social da Associação para o Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado de Mato Grosso (APDM-MT), estado que certificou 30 localidades.

De Tocantinópolis (TO), o articulador Emivaldo Aguiar conta que antes do processo de certificação, o diálogo entre os diversos setores inexistia em sua cidade. “Era cada um por si. Aos poucos Esporte, Saúde e Cultura foram se aproximando da Educação. Passei, inclusive, a usar a dinâmica do Selo UNICEF em áreas como meio ambiente e limpeza pública”. De todo o percurso, ele destaca as atividades de Participação Social do Guia de Cultura e Identidade. **“Foi uma grande alegria ver**



crianças da cidade e indígenas Apinajé, interagindo, misturadas, correndo e brincando como velhas amigas. O Selo UNICEF é realmente um celeiro de identificação de potenciais."

Queda na mortalidade infantil e melhora no pré-natal

Um toque simbólico marcou o 2º Fórum Comunitário em Urbano Santos (MA): o espaço contou com mil pássaros de papel dobrado (origami), produzidos pelas crianças nas 66 escolas do município. Em cada asa, um sonho escrito. Eram *tsurus*, aves sagradas do Japão. A lenda japonesa diz que, se a pessoa confeccionar *tsurus* de origami, com o pensamento voltado para um desejo, ele poderá se realizar. Assim procederam os 513 participantes do fórum, dos quais 20% eram da zona rural.

O desejo coletivo por uma infância melhor se refletiu em alguns indicadores. Urbano Santos (MA) diminuiu a taxa de mortalidade infantil de 15,8% em 2011 para 6,1% em 2014, uma redução de 61,4%, enquanto a média brasileira foi de 13,6% para 12,9% no mesmo período. O município pesquisou a causa de todos os óbitos infantis em 2014 e elevou a porcentagem de óbitos de mulheres em idade fértil investigados, de 50% em 2011 para 100% em 2014. O percentual de mulheres grávidas com sete ou mais atendimentos de pré-natal subiu em 6,9% de 2011 a 2014. E na cobertura vacinal pentavalente a melhora saltou de 29,2% em 2012 para 100% em 2015.

Ávila Batista Souza, nascida em janeiro de 2015, em um parto normal, personificou o cuidado com os bebês no município maranhense. Foi amamentada até os 6 meses exclusivamente no peito, recebeu todas as vacinas e frequenta a creche. A mãe,

Gislane Rosa Batista, aprovou os avanços. "Chegaram mais equipamentos, os agentes de saúde ficaram mais acessíveis e nos sentimos mais seguras. Antes, precisávamos ir até outro município para fazer os exames da gravidez". Confiante, ela sonha com o futuro de Ávila: "Quero para esse 'pedacinho da gente' tudo o que não tive na minha infância, principalmente boa saúde e boa escola".

A localidade de cerca de 33 mil habitantes também aderiu ao Programa Saúde na Escola (PSE), política federal intersetorial, da Saúde e da Educação, de prevenção a doenças e atenção à saúde de estudantes da Educação Básica. "Antes do Selo UNICEF o município estava trabalhando, mas sem estratégia. Precisávamos organizar serviços e rotinas. Passamos a atuar mais integrados, com entrosamento e atividades partilhadas. Hoje, Saúde ajuda Educação e Educação ajuda Assistência", relata a prefeita e enfermeira, Iracema Vale.

Entre os participantes da edição, um dos principais progressos foi a queda da taxa de mortalidade infantil. Municípios amazônicos certificados diminuíram-na em 9,8% de 2011 a 2014, enquanto nos demais municípios brasileiros a queda foi de 5,2%. Permaneceu para as prefeituras o desafio de se equipararem à taxa nacional.

O cuidado com o primeiro ano de vida destacou-se em Tocantins, um dos estados que mais evoluíram na diminuição da taxa de mortalidade infantil: queda de 26,8% entre os municípios reconhecidos e 25,6% entre os inscritos. Das 32 localidades tocaninenses que realizaram a Semana do Bebê, 22 delas sancionaram lei municipal, garantindo a continuidade das mobilizações pela sobrevivência e o desenvolvimento até os 6 anos de idade.

A melhora no acesso das gestantes ao pré-natal foi mais um dos resultados

EIXO IMPACTO SOCIAL

Para garantir mães e bebês saudáveis

Direito de sobreviver e desenvolver-se



Todas as gestantes, mães e bebês do município têm de estar acessando serviços de Saúde de qualidade

Objetivo do município



Realizar ações efetivas para garantir a diminuição da mortalidade materna e infantil, desnutrição crônica e gravidez precoce, especialmente entre os indígenas, quilombolas e ribeirinhos, por meio de assistência adequada ao pré-natal, parto e pós-parto e de comitê municipal de investigação de óbitos materno e infantil ativo

Indicadores de impacto social



O município tem de melhorar em: taxa de mortalidade infantil; porcentagem de gestantes com sete ou mais consultas pré-natal; porcentagem de óbitos maternos e de óbitos infantis investigados; cobertura vacinal pentavalente

da edição do Selo UNICEF na Amazônia. Quando prestado adequadamente, o atendimento evita, entre outros, a transmissão vertical (da mãe para o bebê) do HIV, hepatite B e sífilis, que ameaça a sobrevivência dos recém-nascidos. Nos municípios avaliados, assim como nos certificados, o aumento foi de 17,6%, uma evolução expressiva, dado que o Brasil avançou apenas 6,5%. Ainda assim, a cobertura precisa se multiplicar na região.

De Oriximiná, no oeste paraense, veio uma inspiração no cuidado ao recém-nascido. Banhado pelo rio Trombetas, o extenso município, limitado ao norte por Guiana Francesa e Suriname, diminuiu a taxa de mortalidade infantil de 16,1 por mil nascidos vivos em 2011 para 13,5 em 2014, aproximando-se da média brasileira de 12,9. Além disso, investigou, no ano de 2014, todos os óbitos infantis e de mulheres em idade fértil.

A mobilização em torno da Primeira Infância redundou em ações na Saúde que, combinadas, geraram avanços: descentralização do pré-natal para a zona rural – que conta com mais de cem comunidades, incluindo indígenas e quilombolas –, itinerância dos postos de saúde, melhora substancial na cobertura vacinal pentavalente e realização de teste de HIV para gestantes. O Hospital Maternidade São Domingos Sávio também obteve equipamentos para partos e pós-partos, tornando-os mais humanizados, e começou a realizar mais testes, como os do pezinho e do olhinho.

Creuzarina Barreto conta que se dedicou em tempo integral como articuladora do Selo UNICEF em Oriximiná. “Tínhamos reuniões duas vezes por semana para planejar as ações. A comunidade e os jovens se envolveram muito. **Aprendi que a criança tem que ser prioridade absoluta hoje, agora, já, para que, mais tarde, ela possa estar melhor na sociedade.**”

Para a pedagoga, foi muito relevante a realização da Semana do Bebê na zona rural, com apresentações culturais sobre a importância do cuidar e do educar desde os primeiros anos. Pela reconhecida mobilização nas várias Semanas, Oriximiná representou a região Norte na 2ª Mostra Internacional da Semana do Bebê, em 2014, em Belém, ao lado de outros 11 municípios.

Mais investigação de óbitos e registro de nascimento

Conhecer as causas dos óbitos infantil e materno ajuda gestores públicos a saberem em que ponto devem intervir para aperfeiçoar serviços de saúde que protegem mãe e filho, pois os determinantes dos óbitos podem estar relacionados ao período do pré-natal ou ao ambiente em que recém-nascido e mãe se encontram.

Municípios da Amazônia participantes do Selo UNICEF compreenderam o porquê dessa apuração, promoveram verificações e apresentaram melhora nos dois indicadores, com um avanço mais expressivo entre os certificados, seguidos de perto pelos avaliados.

Uma das ações estratégicas do Selo UNICEF que levou a resultados mais positivos foi a implantação do comitê municipal de investigação do óbito infantil e materno. Entre os municípios amazônicos participantes, 171 instauraram o comitê ou contaram com um profissional responsável por essa investigação. Com isso, a porcentagem de óbitos infantis investigados subiu entre as localidades amazônicas certificadas, com uma evolução significativa de 43,6%. O Pará registrou melhora expressiva entre os certificados do estado: avanço de 88,9%.

Gestoras e gestores da região aprimoraram também a investigação de óbitos de mulheres em idade fértil, com uma melhoria considerável de 28,9% entre os municípios amazônicos reconhecidos, ao passo que o Brasil mostrou evolução de 7,4%. O Acre alcançou um aumento notável: o percentual de óbitos de mulheres em idade fértil investigados evoluiu 144,6% nos municípios acreanos inscritos, alcançando um percentual de 99,3% em 2014.

Municípios certificados também avançaram no direito de toda criança ter seu registro civil até completar 1 ano de idade, com um aumento de 3,4% entre 2011 e 2014. Localidades de Roraima inscritas no Selo UNICEF elevaram em 49,1% seu percentual de crianças de até 1 ano de idade registradas. O desafio para a região amazônica como um todo continua sendo a aproximação com a média brasileira, assim como o aumento do registro na população indígena, que ainda é baixo.

Cuidado integrado até os 6 anos

Assim como em dezenas de municípios certificados, a Primeira Infância foi prioridade na criação de políticas públicas em Boa Vista (RR). A cidade passou a integrar, por lei, a partir de 2013, os serviços de saúde, educação e assistência, na tentativa de acompanhar, de maneira intersectorial, mães e crianças, desde a gestação até os 6 anos.

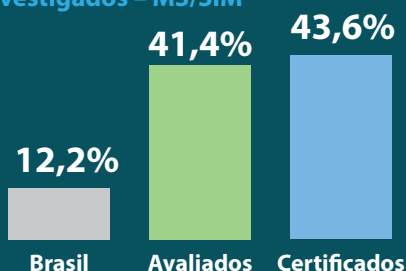
Parcerias com organizações sociais capacitaram, até 2015, para o trabalho em rede, cerca de 4,6 mil profissionais de atendimento e serviços multidisciplinares. A integração contou com secretários de Gestão Social, Saúde, Educação, Comunicação e Finanças, organizou melhor o total de consultas, exames e procedimentos médicos e os cálculos de vagas nas creches.

MAIS CUIDADO COM GESTANTE E RECÉM-NASCIDO

▶ **Redução da mortalidade infantil**
De 2011 a 2014, a taxa de mortalidade infantil caiu **3,8% na Amazônia** como um todo e **5,2%, no país**. Nos municípios amazônicos certificados pelo Selo UNICEF, a queda foi de aproximadamente o **dobro do Brasil: 9,8%**

▶ **Maior evolução de indicador dos municípios avaliados e certificados da Amazônia se deu no percentual de óbitos infantis investigados (MS/SIM) entre 2011 e 2014**

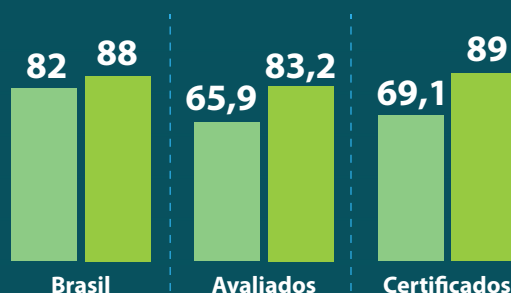
Percentual de óbitos infantis investigados – MS/SIM



62

▶ **Percentual de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados – MS/SIM**

■ 2011 ■ 2014



Evolução em %

7,4 26,2 28,9

238 municípios da Amazônia realizaram pelo menos uma vez a Semana do Bebê na edição. **Desses, 155 sancionaram** a Lei da Semana do Bebê, assegurando sua continuidade

Atenção a água e esgotos

181 municípios registraram medidas de melhoria, entre acesso a água (**75%** dos municípios), saneamento básico (**71%**), coleta e destino do lixo (**80%**) e controle de vetor (**87%**)

PARTICIPAÇÃO, CULTURA, ESPORTE

▶ Quatro encontros regionais no Selo UNICEF mobilizaram mais de **10 mil crianças** e adolescentes para a **defesa dos direitos da população de 12 a 17 anos**

▶ A rede **Juventude Unida pela Vida na Amazônia (JUVA)** serviu à expressão e ao intercâmbio de meninos e meninas da região

▶ **Formação continuada para Ensino Fundamental**

18.374 professores acessaram conhecimento sobre relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e de povos indígenas na Amazônia

19.868 docentes aprenderam sobre educação de crianças e adolescentes com deficiência

207 municípios registraram a promoção de atividades lúdicas, seguras e inclusivas, nos ambientes escolares e espaços comunitários, a fim de garantir o direito à prática esportiva a todos e todas





64

“Aprendemos com o Selo UNICEF que investir nos 6 primeiros anos de vida é a garantia de um retorno social com menor custo e maior qualidade de desenvolvimento humano. Recurso aplicado na Primeira Infância é economia em programas de reinserção social na fase adulta”, avalia a prefeita, Teresa Surita. Entre outros resultados, Boa Vista elevou o número de consultas pré-natal, a cobertura de vacinação infantil e os atendimentos em creches e pré-escolas.

Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e em programas de transferência direta de renda tiveram prioridade. Na chamada Universidade do Bebê, pelo menos 7.500 gestantes, mães e familiares acessaram, por ano, informações sobre desenvolvimento psicossocial infantil, participaram de oficinas de musicalização e coral e foram incentivadas ao hábito da leitura desde o berço, para fortalecer o vínculo entre pais e filho.

“Passei a conviver, a brincar e a ler para

meus meninos e sinto que agora os três estão mais próximos de mim”, conta Teobaldo Magalhães, que começou a assistir a palestras sobre a Primeira Infância por ocasião do nascimento de sua filha mais nova, em 2015, e se tornou assíduo nos encontros.

Engajamento local nas Semanas do Bebê

A Semana do Bebê foi a ação de Participação Social mais realizada na Amazônia na edição e contou com elevado engajamento das comunidades. Na região, 238 municípios realizaram-na pelo menos uma na edição e, desses, 155 sancionaram a Lei da Semana do Bebê, garantindo sua institucionalização. “Tenho orgulho de, com meu trabalho de mobilização, ter ajudado o Pará a criar sua lei estadual da Semana do Bebê”, diz Adelma Dantas, articuladora de Castanhal (PA) e entusiasta da ação estratégica.

Os esforços combinados das áreas de

Saúde, Educação, Cultura e Assistência nas realizações das Semanas, em áreas urbanas e rurais, incluindo comunidades indígenas, contribuíram para o crescimento da sensibilização para os cuidados dos 0 a 6 anos e para a melhoria dos indicadores da Primeira Infância nos municípios certificados e avaliados.

A profusão de bons exemplos nas edições do Selo UNICEF foi tamanha que Belém (PA) sediou, em 2014, a 2ª Mostra Internacional das Semanas do Bebê. Gestores, especialistas e representantes de governos e movimentos sociais discutiram assuntos como parto humanizado, cuidados com bebês prematuros, saúde materna, complementação e suplementação alimentar e a importância da Assistência Social.

Saúde na adolescência e prevenção à gravidez precoce

Nos temas da Caderneta de Saúde do Adolescente, os municípios da Amazônia inscritos no Selo UNICEF relataram 186 ações de capacitação dos profissionais que prestam atenção direta a essa faixa etária. Mais de 3 mil agentes das prefeituras participantes aumentaram seu conhecimento em temáticas como: direitos do adolescente, violência, alimentação saudável, imunização, saúde bucal, sexualidade, gravidez na adolescência e prevenção.

A gravidez entre 10 e 19 anos – mais alta na região amazônica do que no restante do país – impacta negativamente o ciclo de desenvolvimento de crianças e adolescentes. Para diminuir a incidência, mais de 2 mil escolas da Amazônia se integraram em campanhas de esclarecimento e informação para prevenção. Em Mato Grosso, os municípios participantes utilizaram metodologia para prevenir a gravidez na adolescência com a

presença e a cooperação dos estudantes. Ao todo, 31 aderiram ao Programa Saúde na Escola (PSE) e, destes, 21 formaram e capacitaram grupos de multiplicadores para educação entre pares nas escolas.

As ações resultaram em uma queda de 5,1 no percentual de nascidos vivos de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, entre os municípios inscritos no Selo UNICEF no estado, frente a uma diminuição de 1,3% nos demais municípios brasileiros. Os 18 municípios certificados em Rondônia também registraram uma redução expressiva de 16%.

JUVA: conexão de forças juvenis

Batizada e estruturada pelos próprios adolescentes, a Juventude Unida pela Vida na Amazônia (JUVA) revelou-se uma rede de expressão e intercâmbio entre jovens, abreviando distâncias entre desafios comuns desse território. Quatro encontros regionais no Selo UNICEF – Edição 2013-2016 mobilizaram mais de 10 mil crianças e adolescentes, por meio de conversas, dinâmicas, guias e materiais.

A cada ocasião, os adolescentes exercitaram a participação política e mostraram capacidade vigorosa de se entender e se colocar no mundo, interagindo com autonomia para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Ao retornarem a seus municípios, tornaram-se multiplicadores para os demais.

Esses jovens se envolveram nas etapas do Selo UNICEF, compondo a Comissão Intersetorial, integrando capacitações e fóruns, engajando-se no combate ao zika vírus ou conduzindo a Semana do Bebê. Só no 2º Fórum Comunitário mais de 3 mil adolescentes se empenharam, de forma pulsante, no Maranhão; outros 2 mil, igualmente, no Mato Grosso.



66

Secretários estaduais de saúde também escutaram, de dezenas de meninos e meninas, sugestões de melhorias para o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Caderneta de Saúde do Adolescente. Em um dos encontros em Belém (PA), adolescentes mostraram-se preocupados com o aumento de população juvenil infectada com o HIV e externaram o desejo de trabalhar mais a prevenção. Das conversas com poder público e UNICEF surgiu o Viva Melhor Sabendo Jovem, para conscientização entre os próprios adolescentes, que atingiu mais de 3 mil jovens no Pará e foi implementado posteriormente em outros estados amazônicos.

A JUVA surgiu no 1º Encontro de Adolescentes e Jovens da Amazônia, realizado em Belém, em abril de 2013. Os debates deram origem à *Carta de Princípios dos Adolescentes e Jovens da Amazônia Legal*, entregue a governantes, com postulados de defesa dos direitos da população de 12 a 17 anos. Entre eles, o posicionamento contrário à redução da maioria

de penal e reivindicações de construção de mais espaços públicos para atividades educacionais, culturais e profissionalizantes, qualificação de professores das redes públicas, mais oportunidades efetivas de participação, proteção ao meio ambiente e respeito aos povos indígenas.

Dos muitos aprendizados, ficou a semente para aprofundar a proposta da JUVA em cada município, por meio da mobilização estudantil em grêmios escolares, o que poderá formar novas lideranças que ocupem mais espaços de decisão, a exemplo dos Conselhos – é o que já alcançaram alguns jovens que vivenciaram intensamente a participação social nessa edição do Selo UNICEF.

Mais conselhos reativados e combate à exploração infantil

A convocatória do Selo UNICEF na Amazônia fez com que, entre os municípios

inscritos, parte dos CMDCA's e Conselhos Tutelares amazônicos voltassem a operar ou se tornassem mais atuantes, ao mesmo tempo em que passaram a ser mais acionados pela população, que, por sua vez, elevou seu nível de atenção para violações, ainda bastante altas na região.

Entre os participantes, 294 municípios informaram ter Conselhos Tutelares com padrão mínimo de funcionamento. Continuaram a existir, entretanto, Conselhos que ainda apresentam alto grau de vulnerabilidade, seja pela baixa qualificação técnica dos conselheiros, infraestrutura precária ou pouca importância conferida pelas gestões municipais a esse espaço, que precisa ser fortalecido.

Projetos voltados ao atendimento de medidas socioeducativas em meio aberto, incluindo capacitação de equipes e serviços de referência, foram executados por 134 municípios na Amazônia. Localidades paraenses avançaram, por exemplo, na elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo: em dois anos, su-

biu de 18 para 45 o número de documentos do estado com ações para medidas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade.

“A construção coletiva no Selo UNICEF, que aglutinou e articulou políticas, nos ajudou a desenvolver programas mais bem estruturados e a apoiar os municípios nos seus planos”, relata Simão Bastos, articulador estadual no Pará e presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa).

Em Santa Bárbara do Pará (PA), Márcia Góes, secretária de Assistência Social e articuladora, conta que o Selo UNICEF auxiliou sua equipe a aperfeiçoar o que já estava fazendo, “com mais qualidade técnica e científica”. Assim, profissionais dos CRAS aprofundaram os laços com os da Saúde e também aumentaram a frequência das visitas às comunidades mais afastadas do município extenso.

Com isso, casos de negligência, abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes passaram a ser registrados com mais

Leque de novidades e indagações

“A JUVA me trouxe outras redes da Amazônia e me aproximou da minha comunidade. Pude acessar oportunidades novas, como o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes de Roraima, que nem sabia que existia, além de conquistar representatividade, compondo mesas com os adultos”, conta Juliana Carolina da Silva Lima, 18 anos. Com os demais jovens, a aluna de curso técnico em eletrônica realizou debate sobre internet segura, discutiu ações afirmativas, promoveu cineclube em um terreiro de candomblé e cooperou com fóruns do Selo UNICEF em municípios vizinhos a Boa Vista. “Acabei questionando coisas até em minha casa. Por que o machismo? Como aceitamos essa violência no Brasil? O que faço para que o lugar onde moro melhore? E, desde então, não parei mais minha luta pelos direitos.”



Carta de Princípios dos Adolescentes e Jovens da Amazônia Legal*

A infância, adolescência e juventude são fases fundamentais no desenvolvimento humano e na formação futura dos cidadãos. No plano social, é neste momento das gerações que se definem os perfis político, social, cultural dos territórios e dos momentos históricos. É por isso que todas as políticas, planos e ações públicas e da sociedade civil se voltam com atenção para essa fase da vida.

Apesar dos esforços, centenas de adolescentes e jovens ao redor do mundo vivem excluídos do acesso às políticas que garantem seus direitos, mesmo os mais básicos. Os jovens da Amazônia estão inseridos no contexto de uma região com os piores índices de educação, saúde, serviços culturais e de lazer, além dos graves e crescentes índices de violência letal, traduzidos no fato de que vários municípios da região estão entre os mais ameaçadores da vida de adolescentes e jovens.

Além do contexto de violação, a Amazônia está no centro do interesse de grandes projetos, grandes investimentos públicos e empresariais e grandes obras infraestruturais, que, via de regra, em vez de melhorar a qualidade de vida das populações, acentuam ainda mais a exclusão e a violência.

São por esses motivos que nós, adolescentes e jovens da Amazônia Legal, nos reunimos em Belém para discutir o contexto em que vivemos, os problemas que enfrentamos para acessar direitos e os obstáculos ao desenvolvimento saudável. O objetivo é que nossos esforços sejam reconhecidos e nossas reivindicações escutadas e, mais que isso, se tornem políticas e ações concretas para nós e para as gerações que virão. Considerando:

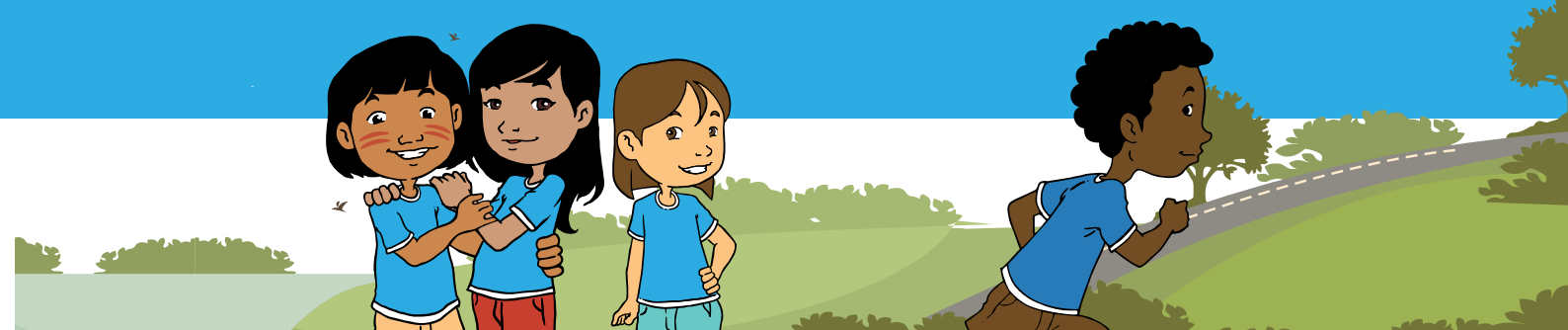
- Que todas as crianças e adolescentes do Brasil têm direito à proteção integral;
- Que a participação na vida política e na discussão sobre os assuntos de seu interesse é um dos direitos garantidos a todos os meninos e meninas, tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CDC);
- Que nós, adolescentes, buscando nosso dever de contribuir com a sociedade, debatemos, durante três dias, temas de grande relevância para o respeito à dignidade humana;
- Que nós, adolescentes, a partir de todos os debates realizados durante o Encontro Amazônico, somos contra a redução da maioridade penal porque sabemos que ela não irá resolver o problema da violência no país. Que a população tem que entender que os jovens são os que morrem mais e não os que matam mais. Que querem pôr em nós a culpa pela violência no país. Que se há jovens que cometem ato infracional é por falta de políticas públicas, como educação, moradia, saúde, projetos sociais, etc.

Por isso, propomos às autoridades que:

- Construam mais espaços públicos com projetos sociais que incluam as crianças e os adolescentes em atividades educacionais, de lazer, profissionalizantes, etc., que os ajudem a construir seus projetos de vida de forma

saudável e digna. Pois sabemos que, por mais que esses sejam direitos básicos já garantidos nas leis, nem todos têm a oportunidade de participar desses projetos, se afastando da violência, da criminalidade e da letalidade;

- Incluam nas escolas uma disciplina em que se discuta o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a violência, drogas e sexualidade, além da violência sexual contra crianças e adolescentes, etc.;
- Apóie a realização do Fórum Social Mundial pela garantia dos direitos da infância e adolescência, para que toda a sociedade fique ciente de que somos sujeitos de direitos e não fique contra o que já conquistamos, como, por exemplo, a maioridade penal aos 18 anos e iniciativas como o Adolescente Aprendiz, etc.;
- Construam clínicas públicas para apoio a adolescentes e jovens dependentes químicos;
- Possibilitem a atuação de professores qualificados e comprometidos, valorizando-os (salários) com a educação;
- Apóiem palestras nas escolas para conscientizar seus alunos sobre seus direitos e deveres;
- Criem um órgão de atenção especial para evitar a evasão escolar;
- Ampliem as políticas públicas que incentivam a participação dos jovens nas escolas;
- Criem cursos e projetos profissionalizantes gratuitos para jovens e adolescentes em todas as escolas públicas municipais e estaduais;
- Criem cursos pré-vestibulares em escolas públicas, levando em consideração os modelos de estudos que já possuem convênio;
- Criar e ampliar postos de saúde para atendimento de crianças e adolescentes;
- Melhorem o atendimento socioeducativo;
- Criem espaços de esporte e lazer que estimulem a cultura nas periferias, nas reservas indígenas e nos assentamentos;
- Proporcionem mais segurança em locais de lazer (como, por exemplo, o Portal da Amazônia, em Belém), com atenção à conservação do meio ambiente;
- Qualifiquem e invistam nos profissionais da segurança pública para atuarem de forma acolhedora e respeitosa junto à comunidade, inclusive as escolas;
- Combatam o abuso de poder, garantindo a liberdade de ir e vir sem repressão aos jovens nos locais públicos;
- Efetivem as políticas contrárias às milícias;
- Combatam a discriminação das autoridades contra os jovens e os adolescentes;
- Promovam projetos de desenvolvimento para o campo e nas reservas indígenas (saneamento básico, segurança, etc.). Fomentem políticas públicas dirigidas à comunidade rural para que os jovens consigam desenvolver suas capacidades no seu local de moradia e se fixem no campo;
- Valorizem mais o meio ambiente e respeito aos indígenas;
- Invistam mais em moradias;
- Formem pessoas do campo e indígenas em áreas de



cultura e lazer, cursos técnicos e investimentos na educação;

- Criem e garantam espaços permanentes de socialização de experiências e informações sobre temas de interesse dos adolescentes, tendo em vista, os direitos das crianças e dos adolescentes e a escola como lugar privilegiado;
- Apóiem iniciativas de movimentos sociais e educacionais partidos de adolescentes e jovens (um exemplo o JUVA - Juventude Unida pela Vida na Amazônia) que insiram crianças e adolescentes em atividades de lazer, profissionalizantes, entre outros, com o objetivo de buscar a união da juventude pela valorização da vida e pela dignidade dentro do cenário Amazônico (pois sabemos que nem todos têm a oportunidade de participar desses projetos);
- Ampliem e garantam o projeto da Saúde e Prevenção nas Escolas Públicas Estaduais e Municipais;
- Promovam e financiem o debate nas escolas com a presença de adolescentes e jovens dos estados com o objetivo de explanar sobre o tema da redução da maioridade penal, exigindo a não redução da maioridade penal e a garantia do compromisso com as leis criadas com o objetivo de proteção à criança e ao adolescente;
- Criem subsídios para a permanência do jovem no campo por meio de políticas públicas que lhe ofereçam uma educação de qualidade, em que as escolas do campo sejam autônomas e tenham uma formação técnica e superior, promovendo oportunidades de emprego no campo por meio de ações que priorizem a venda de produtos produzidos por jovens, também oferecendo segurança e criando postos policiais nos assentamentos com mais de 70 famílias, além de centros especializados de saúde, priorizando o atendimento para crianças e adolescentes do campo;
- Criem e ampliem espaços para a participação de adolescentes, englobando as diferentes esferas e etapas de implementação e execução de políticas públicas em todas as áreas que se relacionam com a infância e adolescência;
- Afirmem e garantam o Poder Judiciário nas investigações sobre a criminalização e homicídios de adolescentes e jovens;
- Garantam o direito a políticas públicas e efetivação de oportunidades, levando em consideração as particularidades de cada região e de cada povo;
- Ampliem as cotas para ingresso nas universidades de negros, indígenas e estudantes de escolas públicas e do campo;
- Criem o Fórum da Juventude (crianças, adolescentes e jovens), com pauta direta no Legislativo, com apresentação de projetos de lei, além da construção de núcleos de estudo, com a promoção de debates na sociedade civil, abordando a discussão da realidade na Amazônia;
- Incentivem a criação de grêmios nas escolas públicas como forma de participação, e que o governo de cada

estado leve palestrantes para apoiar a organização desses grêmios;

- Afirmem que o orçamento relacionado às crianças, aos adolescentes e jovens, respeitando suas particularidades, apareça em sites que sejam feitos/atualizados e amplamente divulgados, e que o Conselho Municipal cumpra seu papel de fiscalizar, ampliando divulgação de todos os espaços de mobilização;
- Efetivem que as portas de entrada para denúncias sejam mais visíveis e mais ativas. Popularizem as portas de entrada para denúncia e efetivem o sigilo do denunciante;
- Criem espaços e centros culturais e áreas de lazer para a participação de jovens, adolescentes e trabalhadores;
- Garantam que, antes de qualquer implementação das grandes obras, que haja audiências públicas com crianças, adolescentes e jovens. Que todo processo não seja só de escuta, mas de intervenção também, levando em consideração a diversidade das nossas florestas;
- Garantam que toda política ligada à terra leve em consideração crianças, adolescentes e jovens em todo projeto de políticas públicas;
- Que a mídia pare de oprimir a juventude;
- Trabalhem mais o protagonismo juvenil que está sendo oprimido pela sociedade capitalista;
- Melhorem a condição dos postos de saúde e hospitais públicos, com mais profissionais para atendimento de urgência e emergência, além de equipamentos;
- Ampliem e efetivem de recursos financeiros para os trabalhos com a juventude;
- Garantam postos de saúde e escolas nas aldeias indígenas;
- Garantam a formação de professores indígenas;
- Garantam saneamento básico, com adequado tratamento e coleta de lixo e esgoto, melhorando as ruas e as estradas;
- Promovam mais oportunidades de participação em programas de aprendizagem e inserção no mercado de trabalho;
- Promovam e garantam a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente no que tange à garantia da não exibição de imagem de adolescentes na mídia sensacionalista, levando em consideração a veiculação de programas que estigmatizam/criminalizam a juventude.

Belém, 11 de abril de 2013.

* A Carta de Princípios dos Adolescentes e Jovens da Amazônia Legal foi discutida, produzida e apresentada a autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, durante o 1º. Encontro de Adolescentes da Amazônia Legal, realizado em abril de 2013, em Belém (PA). Posteriormente, o documento foi entregue a várias autoridades dos mesmos poderes nos demais estados da região.



Mudança local e global

“Minha primeira experiência com pessoas de fora do meu estado e com outros pensamentos foi na JUVA. Vi que meu mundo era maior e que precisava fazer algo. Foi um choque para acordar e ser quem hoje sou.” Dessa percepção em diante, Rodman da Silva Santos, de Abaetetuba (PA), marcou presença em conselhos, comissões e conferências. “Ia abrindo espaços e entrando nas discussões, como a batalha contra a redução da maioria penal.” Ele notou o efeito de seu engajamento quando aumentaram as denúncias de abuso em Marajó, após ter conversado sobre o tema com alunos nas escolas. Em Brasília, representou o Pará no G38, grupo formado por um adolescente de cada estado e mais 11 representantes de segmentos, como indígenas e quilombolas. Aos 21 anos, após duas participações no Selo UNICEF, quer um país com crianças como prioridade absoluta de fato, “não só no papel, numa portaria ou numa ação de uma semana”.

70

frequência, diminuindo, assim, as subnotificações, um problema até então recorrente naquela cidade. Registrou-se também pequena diminuição do número de gravidez precoce entre adolescentes. “Realizamos muitas campanhas. Todo ano, na Semana do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em maio, fazemos caminhada pelas ruas, com gritos de alerta, faixas e cartazes. E a comunidade hoje reconhece os serviços que o município executa”, explica Márcia.

Além disso, 147 municípios reportaram ter realizado campanhas de combate ao trabalho infantil na Amazônia, onde mais de 80 mil meninas e meninos com idade entre 12 a 17 anos só trabalham, parte deles nas colheitas, como a do açaí e a da castanha. As prefeituras registraram 228 campanhas de combate ao trabalho infantil, 219 buscas ativas de crianças e adolescentes nessa situação, com inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), e 132 adoções da notifi-

cação compulsória de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Entre outras cidades amazônicas, Tangará da Serra (MT) chamou a atenção para o combate ao trabalho infantil, em 2016, por meio de um desfile, na avenida principal, de 500 crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, que levaram faixas e o cata-vento, símbolo do combate a essa exploração. O objetivo foi conscientizar comércio e indústria e aumentar a assimilação dos municípios para o cumprimento dos direitos já assegurados em lei.

Água e esgotos tratados

Saneamento e saúde andam de braços dados. O acesso de mãe e bebê a água e esgoto tratados contribui para o direito da criança de sobreviver e se desenvolver, porque diminui as chances de transmissão de doenças que podem levar a óbitos infantil e materno. A falta de água adequada



147 localidades

reportaram ter realizado campanhas de combate ao trabalho infantil

294 municípios informaram ter **Conselhos Tutelares** com padrão mínimo de funcionamento de acordo com o ECA



186 ações de capacitação

de profissionais de saúde realizadas para o uso da **Caderneta de Saúde do Adolescente**

71

Mais de **3 mil agentes municipais** aumentaram seu conhecimento sobre: direitos do adolescente, violência, alimentação saudável, imunização, saúde bucal, sexualidade, gravidez na adolescência e prevenção



A distorção idade-série

nos anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental diurno da rede municipal melhorou 7,7% de 2012 a 2015 entre os municípios certificados, enquanto o Brasil como um todo avançou 7,6%

para consumo e de esgotamento sanitário afeta não só a saúde, mas também as condições de aprendizagem e a dignidade de crianças e adolescentes, limitando seu desenvolvimento.

Na Amazônia esse é um tema prioritário, uma vez que há abundância de água no território, mas não tratada. Poucos municípios da região aprovaram seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), mas, sem ele, ficam impedidos de receber recursos do governo federal para projetos da área. Os planos estão previstos na Lei Federal nº 11.445, de 2007, ou Lei do Saneamento Básico.

Conforme dados da PNAD 2013 do IBGE, apenas 11% das crianças em situação de pobreza na Amazônia moravam em locais com esgotamento sanitário ou sistema de coleta de água de chuva, sendo que 35% delas tinham acesso a fossa séptica não conectada a um sistema de esgoto, 46% utilizavam poços rudimentares e 35%, poços escavados à mão.

A fim de melhorar esse cenário, as capacitações do Selo UNICEF em 2016 levaram informações para gestores municipais e estaduais sobre tratamento de água, manejo de resíduos sólidos, limpeza e drenagem de lixo. O propósito foi sensibilizá-los sobre o direito humano básico à água e orientá-los para a ação, o que envolve a integração de várias secretarias como Saúde, Meio Ambiente, Infraestrutura e Obras. Dos participantes da edição, 181 municípios registraram medidas de melhoria, entre acesso a água (75% dos municípios), saneamento básico (71%), coleta e destino do lixo (80%) e controle de vetor que transmite doenças (87%).

Foi apresentada também a mobilização do UNICEF “Dia Mundial de Lavar as Mãos”, que em todo 15 de outubro evidencia a importância das boas práticas de higiene para evitar doenças. Uma delas, a

diarreia, ainda acomete boa parcela da população de até 6 anos na Amazônia. Para minimizar a poluição de córregos e rios, as ações de participação social do Selo UNICEF incluíram mutirões para coleta de lixo, com engajamento de adolescentes e da comunidade.

Eliminação de focos do mosquito da dengue

Na Amazônia, pelo menos 215 técnicos municipais e estaduais participaram de capacitações para enfrentar o mosquito transmissor da dengue, febre amarela, chikungunya e zika vírus. Eles montaram e deram suporte ao Comitê Municipal Intersetorial de Combate ao *Aedes aegypti* e promoveram mobilizações de limpeza.

Crianças e adolescentes e suas famílias participaram, aos milhares, de atividades de esclarecimento sobre a importância de combater o mosquito, com adesão das escolas da rede municipal. Meios de comunicação locais, como rádios e jornais, além de grupos de profissionais de saúde nas redes sociais também colaboraram.

Ao todo, 174 municípios amazônicos executaram ações de eliminação dos focos e criadouros do mosquito. O envolvimento expressivo das crianças e adolescentes nas ações, na comunidade e nas escolas, no âmbito do Selo UNICEF, fez a diferença para mudar comportamentos individual e comunitário.

Cidades mais endêmicas no Maranhão – como Buriticupu, Pinheiro e Timon – deram lições de empenho na união de diferentes secretarias e em mutirões para a coleta de lixo. Paraíso do Tocantins (TO) e Apiacás (MT) distribuíram e plantaram, em espaços públicos, a leguminosa crotalária, cuja flor atrai as libélulas, predadoras da larva do mosquito. Em Santarém (PA)

todas as associações de bairros se engajaram nos mutirões, enquanto Xambioá (TO) promoveu destino adequado aos pneus inservíveis do município e Porto Velho (RO) apostou em jogos para envolver as crianças e em peças teatrais nas escolas para aproximar os adolescentes.

Menos abandono escolar e distorção idade-série

Municípios certificados diminuíram em 19%, de 2012 a 2015, a taxa de abandono no Ensino Fundamental da rede municipal. Colaboraram para esse avanço a busca ativa de crianças e adolescentes infrequentes ou que deixaram a escola em pelo menos 191 municípios da Amazônia, assim como as campanhas de combate ao trabalho infantil, violação de direitos cuja sazonalidade afeta o fluxo escolar e a aprendizagem na região.

Só no Maranhão foram realizadas 3.623 buscas ativas de crianças e adolescentes, no Amazonas, 1.693 e no Pará, 894. Em cidades do Acre técnicos bateram de porta em porta na zona rural. Entre os municípios inscritos no Tocantins, onde foram realizadas 674 buscas ativas de crianças e adolescentes infrequentes ou que abandonaram a escola, a taxa de abandono no Ensino Fundamental da rede municipal caiu 39,2%, de 2012 a 2015. Em Mato Grosso, onde a queda foi de 35,6% entre os inscritos, 31 cidades comprovaram a busca ativa e 30 demonstraram ter implantando conselhos escolares com a participação dos adolescentes e, ao mesmo tempo, as Comissões Intersetoriais do Selo UNICEF fortaleceram essas iniciativas municipais com o apoio da Secretaria Estadual de Educação.

Na Amazônia, o período das cheias também pode afetar o calendário escolar e o aprendizado, uma vez que aulas precisam ser suspensas, por dias, devido ao impedimento de acesso. Para uma melhor

convivência com essa realidade, a edição do Selo UNICEF trabalhou o tema das mudanças climáticas nas escolas municipais e também incentivou prefeituras a criarem a Comissão Municipal de Defesa Civil, visando aperfeiçoar as ações em situações de desastres e emergências.

Evoluiu também na região a adequação entre a idade do aluno e a série na qual está matriculado. A distorção nos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal entre os municípios avaliados no Selo UNICEF na Amazônia caiu 9,3%, de 2012 para 2015, enquanto no Brasil a queda foi menor, de 7,6%.

A elaboração do Plano Municipal de Educação, por 215 municípios, com objetivos e metas para avanço da área, colaborou com essa melhora. Quanto mais os municípios da região acompanharam cotidianamente o desenvolvimento dos alunos, mais contribuíram para evitar a repetência e a evasão escolar, causadoras da defasagem entre idade e série adequada.

Municípios mato-grossenses inscritos no Selo UNICEF se destacaram na diminuição da distorção idade-série dos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal de 24,3% em 2012 para 15,5% em 2015, uma melhoria de 36%. Auxiliou nesse avanço do indicador a criação, por 32 municípios, do Plano Municipal de Educação.

Persistiu nos municípios da Amazônia a necessidade de aprimorar a qualidade do Ensino Fundamental. Por isso, governos estaduais apoiaram a formação continuada de docentes dessa etapa, em temáticas de contextualização curricular para a realidade amazônica, a fim de que crianças e adolescentes se reconheçam e aprendam mais sobre sua região. Ao todo, 18.374 professores acessaram conhecimento sobre relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e de povos indígenas e 19.868 sobre educação de crianças e adolescentes com deficiência.



Kennedy Leite da Silva, secretário-executivo Undime-RR, parceiro local, aprovou a contribuição do Selo UNICEF para os técnicos da Educação. “Cerca de 70% dos nossos secretários estiveram nas formações. Os assuntos geraram interesse para os professores das redes municipais. Além dos desafios financeiros, as prefeituras ainda têm muito a avançar na capacitação técnica de pessoal”, observa.

Impulsionada pela participação no Selo UNICEF, Rio Branco (AC) se dedicou a melhorar também a relação aluno/família/escola com mais espaços para o diálogo, incluiu alunos com deficiência em todas as escolas e creches do município e criou novas unidades de ensino e locais para lazer.

Na soma de esforços para assegurar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, 207 municípios amazônicos promoveram mobilizações sociais com os temas esporte e cidadania que garantiram o direito à prática esportiva, por meio de atividades

lúdicas, seguras e inclusivas, nos ambientes escolares e espaços comunitários de convivência. Maranhão e Mato Grosso lideraram, com 42 iniciativas cada um, seguidos pelo Pará, com 35 e Tocantins, 28.

Na fronteira com o Peru, Atalaia do Norte (AM), com 19 mil habitantes, melhorou o aprendizado e a aprovação de suas crianças. O percentual de escolas da rede pública municipal que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB, nos anos iniciais, subiu de zero para 100% entre 2011 e 2015.

Múltiplos fatores colaboraram para os avanços educacionais do município extenso, à beira do rio Javari, com comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas e fluxo de estrangeiros. A equipe escolar, das merendeiras aos professores, recebeu apoio em capacitações, o que elevou o compromisso coletivo. Uma parceria com o governo do estado e a Fundação Nacional do Índio (Funai) viabilizou curso de profissionalização dos professores indígenas, que tam-

bém tiveram remuneração equiparada à dos professores não-índios.

Após o 1º Fórum Comunitário, a percepção sobre os direitos aumentou, e a população passou a cobrar mais, de brinquedos e salas de aula até alimentação. Escolas começaram a contar com nutricionistas e merenda regionalizada, em acordo com os hábitos locais. A equipe do CRAS foi reforçada – nos municípios da área do Alto Solimões, esse é um serviço que ainda precisa ser fortalecido.

“Só se transforma a sociedade com Educação. Fiquei muito emocionado na campanha ‘Fora da Escola não Pode!’. Fomos fazer a busca ativa, e aí você pensa: ‘Por que essa criança está fora da escola?’. E, depois, vimos a vida daquelas crianças começar a mudar”, recorda-se Nailson Tenzor, articulador e secretário de Comunicação (2013-2014) e de Governo (2015-2016) de Atalaia do Norte, que recolocou 48 crianças e adolescentes na escola. “São pequenas conquistas que se tornam grandes. Ficamos mais integrados e começamos a nos sentir maiores.”

Do mesmo modo que outras prefeituras amazônicas, a cidade enfrentou problemas de conexão de dados, o que afetou a alimentação da plataforma SOMA. “A Internet nos tirou do sério. Tanto para fazer pesquisas e acessar documentos, quanto para o envio dos materiais para o Selo UNICEF”, aponta Nailson.

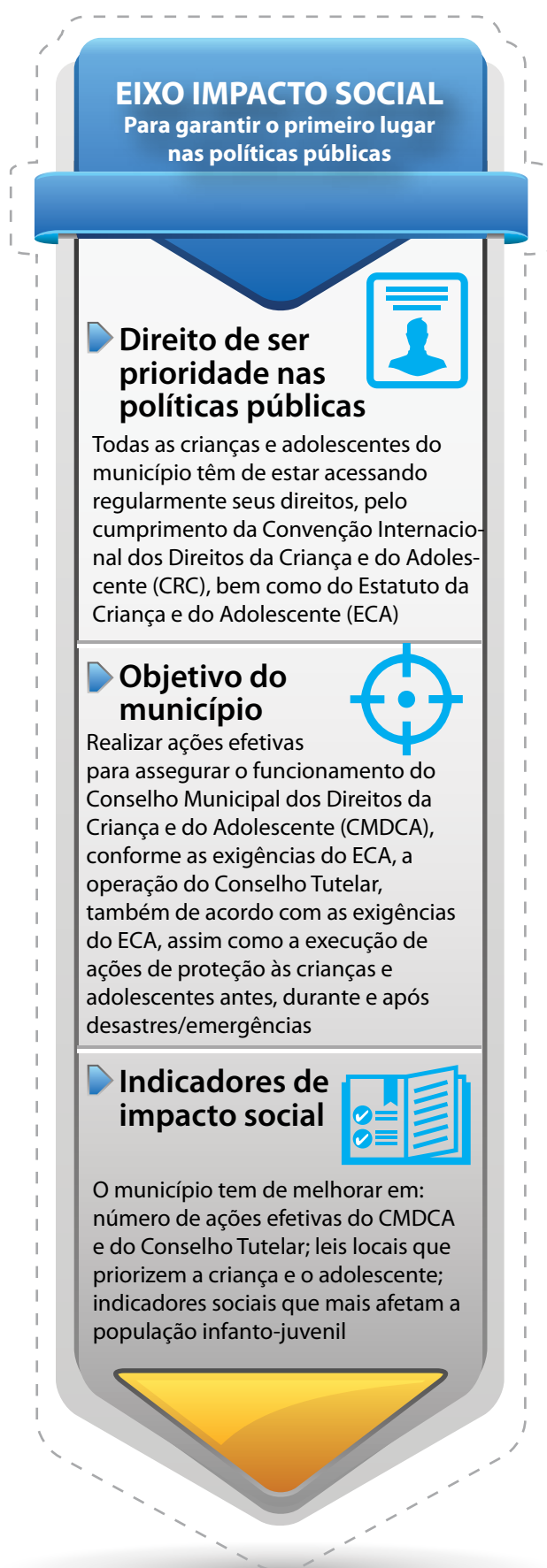
Creche e pré-escola

Ampliar o acesso à creche e à pré-escola desafia os municípios amazônicos. No Pará a lógica da metodologia do Selo UNICEF ajudou a cidade de Benevides a aprimorar “o olhar da rede de ensino para a equidade”. É o que conta a secretária municipal de Educação, professora Leila Freire, ao apresentar, orgulhosa, um dos três novos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), criados com apoio federal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em um padrão arquitetônico e pedagógico que garante espaços de aprendizagem adequados às crianças pequenas.

75

Formação continuada de docentes no Ensino Fundamental

Estados	Professores formados em relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e de povos indígenas	Professores formados em educação de crianças e adolescentes com deficiência
Amapá	467	506
Amazonas	1.541	1.685, incluindo 50 professores de educação indígena
Maranhão	7.096	7.445
Pará	4.861	7.268
Roraima	398	684
Tocantins	4.011	2.280



Com a descentralização, Raimunda Fabricio Costa, mãe de William Davi Costa de Lima, 5 anos, passou a ir para o trabalho despreocupada porque, antes das 7h, leva seu filho à pré-escola no CMEI Jardim das Juritis, onde ele também almoça. O Centro foi instalado em 2014 no bairro Cohab, até então sem equipamentos de educação infantil. Em 2016, atendia a 292 alunos e contava com 43 funcionários.

Na área rural de Benevides, no bairro de Santa Maria, à margem do rio Taiassui, outro exemplo: a ampla e mais bem estruturada Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Angélica de Souza Sales substituiu, em 2016, a antiga e vizinha escola de mesmo nome. As instalações anteriores tinham teto baixo e salas escuras e abafadas. A nova, com 22 funcionários, passou a contar com sanitários dentro do prédio e acessíveis a portadores de deficiência, cozinha, biblioteca, quadra de esportes e a atender 194 alunos, da creche ao 5º ano.

Uma série coordenada de medidas contribuiu para o município evoluir no aprendizado: formação continuada de docentes, monitoramento permanente das atividades pedagógicas, adesão ao programa federal Mais Educação, CRAS nos bairros com atividades culturais para crianças e adolescentes e apoio de programas de gestão de fundações não governamentais. Resultado: a cidade elevou o percentual de escolas da rede pública municipal que atingiram ou ultrapassaram a meta do IDEB nos anos iniciais de 58,3% para 92,9%, entre 2011 e 2015. Outro destaque foi zerar, em 2015, a taxa de abandono no Ensino Fundamental da rede municipal, que, em 2012, era de 2,1%.

Protagonismo multiplicador



“Para minha vida, seja militante, profissional, acadêmica, particular, a JUVA trouxe o entendimento de que é preciso se organizar para lutar. Vi que meu sofrimento pelo impacto das grandes obras na vida das crianças e adolescentes em Jaci-Paraná [distrito de Porto Velho] não era só meu”. É dessa forma que o estudante de direito rondoniense Wilson Guilherme Dias Pereira, 19 anos, relata seu despertar para a participação pública, quando descobriu também a existência dos Conselhos de Direitos. “Agora trabalho na Secretaria de Estado da Assistência Social, com fortalecimento dos conselhos, ou seja, a rede JUVA me deu asas para que ajudasse a modificar a vida de outras pessoas. O protagonismo é libertador e só ele faz as políticas acontecerem de verdade.”

A hora é agora, o momento é já

“Você não saberá do que uma criança precisa, se não perguntar para ela.” A escuta atenta ao que meninos e meninas estão pensando e sentindo sobre o presente é o que permite construir o futuro, na opinião de Amanda de Cássia Pinheiro Corrêa, 19 anos, aluna de educação física que participou das atividades do Selo UNICEF desde os 10 anos em Abaetetuba (PA). Sensibilizada para a causa da infância, passou a ensinar dança em uma escola municipal de um bairro vulnerável, onde pôde conviver com “crianças problema” e constatar que, na verdade, “só precisavam conversar e serem ouvidas”. Da longa experiência em fóruns de discussão, ela dispara um recado: “Políticos, não gerem adultos limitados, invistam na criança agora, mudem a realidade hoje, cumpram sua obrigação.”



Novas conquistas exigem novos esforços

Municípios do Semiárido e da Amazônia avaliados e certificados pelo Selo UNICEF – Edição 2013-2016 evoluíram na garantia dos direitos das crianças e adolescentes e na diminuição das desigualdades, nas áreas de saúde, educação e assistência, como demonstrou o conjunto de resultados quantitativos e qualitativos apresentados neste Caderno de Resultados.

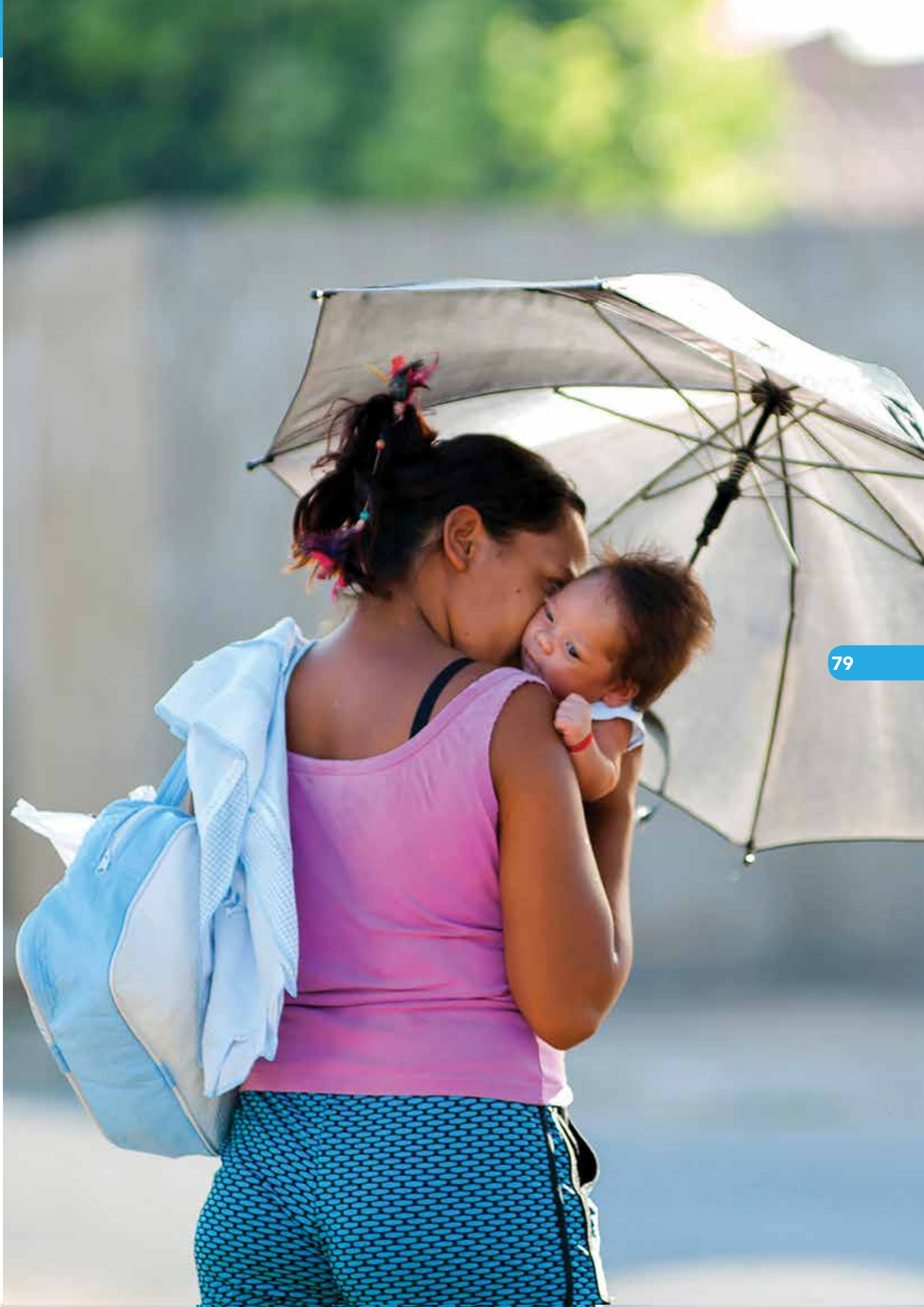
Entretanto, mesmo com progressos, há muito a ser aprimorado, pois vários direitos ainda são violados nas duas regiões, o que exige mais empenho. É urgente universalizar o registro civil de nascimento, assegurar o acesso à escola na idade certa e a aprendizagem efetiva, diminuir a gravidez de meninas com idade entre 10 e 14 anos e reduzir de forma significativa o número de homicídios contra a população de 10 a 19 anos. Ao mesmo tempo, os mais vulneráveis e excluídos não podem ser deixados de lado. Têm de ser contemplados por novas políticas públicas municipais específicas.

Em face dessa realidade, o Selo UNICEF continua desafiador na edição 2017-2020. Propagando a gestão intersetorial por resultados, estimulará os municípios a avançarem ainda mais na garantia dos direitos das crianças e adolescentes já previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a fim de minimizarem desigualdades e fortalecerem a execução das políticas para a infância e a adolescência.

Avaliações e revisões da metodologia ao término da edição aqui apresentada, bem como a escuta a quem participou dela, contribuíram para o aperfeiçoamento das ações. Entre as inovações, surgiram a figura do o(a) mobilizador(a) de adolescentes e jovens, que identificará e estimulará a participação ativa deste segmento na criação e execução de políticas, além do monitoramento do percentual de crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade e de gestantes com sífilis realizando tratamento adequado.

A nova edição do Selo UNICEF coincide em 2017 com a atualização periódica do Programa de País do UNICEF no Brasil, dentro do qual a iniciativa está inserida. O Fundo das Nações Unidas para a Infância trabalhará continuamente em território brasileiro para: assegurar direitos de crianças e adolescentes excluídos; garantir políticas públicas de qualidade para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; e prevenir e enfrentar todas as formas extremas de violência contra meninas e meninos.

Os resultados mostram que as atuais políticas voltadas à população de 0 a 17 anos ainda precisam ser aperfeiçoadas para consolidar a inclusão de meninos e meninas que já foram alcançados por elas e, paralelamente, mais iniciativas devem ser criadas para chegar aos excluídos, boa parte deles vivendo hoje no Semiárido e na Amazônia. O caminho está posto e é claro: novas conquistas exigirão novos esforços.



SIGLAS

ASA - Agente de Saúde Adolescente
BPC - Benefício da Prestação Continuada
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais
CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados
CMDCA - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil
CPN - Centro de Parto Normal
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEIF - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental
Fasepa - Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
JUVA - Juventude Unida Pela Vida na Amazônia
LIRAa - Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti*

PARCEIROS

Os avanços do Selo UNICEF – Edição 2013-2016 só foram possíveis com o apoio inestimável de parceiros locais comprometidos, que atuam ao lado das equipes do UNICEF.

80

NO SEMIÁRIDO

Ação Social Arquidiocesana (ASA)
Articulação do Semiárido (ASA)
Associação dos Municípios Alagoanos (AMA)
Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE)
Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Ceará (APDM-CE)
Casa Pequeno Davi
Centro das Mulheres do Cabo
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDECA Casa Renascer
Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC)
Cipó - Comunicação Interativa
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-AL)
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PB)
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PE)
Escola de Conselhos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Federação das Associações dos Municípios da Paraíba (FAMUP)
Governo do Estado da Paraíba pela Secretaria de Direitos Humanos
Governo do Estado de Alagoas pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assistência Social
Governo do Estado de Pernambuco pela Secretaria da Juventude
Juspopuli - Escritório de Direitos Humanos
Ministério Público da Paraíba
Ministério Público de Pernambuco - Infância/Juventude
Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário
Oficina de Imagens - Comunicação e Educação
Pacto Um Mundo para a Criança e Adolescente do Semiárido de AL
Pacto Um Mundo para a Criança e Adolescente do Semiárido de PB
Pacto Um Mundo para a Criança e Adolescente do Semiárido de PE
Promotoria da Infância e da Juventude da Paraíba
Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB)
Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta)
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
Parceiros corporativos Celpe, Coelba, Coelce, Cosern, Fundação Telefônica, Petrobras, VIM

LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MS - Ministério da Saúde
NUCA - Núcleo de Cidadania dos Adolescentes
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PME - Programa Mais Educação
PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico
Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnaic - Programa de Alfabetização na Idade Certa
PPA - Plano Plurianual
PSE - Programa Saúde na Escola
PSF - Programa Saúde da Família
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SOMA - Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação
TRD - Teste Rápido Diagnóstico
UBS - Unidade Básica de Saúde

NA AMAZÔNIA

Amazon Sat
 Assembleia Legislativa de Rondônia
 Associação das Primeiras Damas do Mato Grosso (APDM)
 Associação dos Municípios do Acre (AMAP)
 Associação Matogrossense de Municípios (AMM)
 Associação Tocantinense de Municípios (ATM-TO)
 Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Glória de Yvone (TO)
 Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Roraima (Coegemas-RR)
 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-AC)
 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MT)
 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PA)
 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-RO)
 Escola de Formação de Governantes do Maranhão (EFG-MA)
 Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM)
 Governo do Estado de Rondônia
 Governo do Estado de Roraima
 Governo do Estado do Acre
 Governo do Estado do Amapá
 Governo do Estado do Amazonas
 Governo do Estado do Maranhão
 Governo do Estado do Mato Grosso
 Governo do Estado do Pará
 Governo do Estado do Tocantins
 Instituto Peabiru
 Ministério Público Estadual de Rondônia
 Ministério Público Estadual do Amapá
 Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
 União dos Dirigentes Municipais de Educação de Roraima (Undime-RR)
 União dos Dirigentes Municipais de Educação do Maranhão (Undime-MA)
 Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
 Universidade Federal do Pará (UFPA)
Parceiros corporativos Celpa, Cemar, Energisa

MUNICÍPIOS CERTIFICADOS

SEMIÁRIDO

1.502 MUNICÍPIOS
ELEGÍVEIS

1.134 INSCRITOS

Alagoas - 10 municípios

Arapiraca
Coité do Nóia
Delmiro Gouveia
Limoeiro de Anadia
Palmeira dos Índios
Piranhas
Quebrangulo
São Sebastião
Taquarana
Teotônio Vilela

Bahia - 28 municípios

Amargosa
Andaraí
Barreiras
Brumado
Caetité
Condeúba
Cordeiros
Coribe
Encruzilhada
Glória
Irecê
Itatim
Lagoa Real
Lapão
Maetinga
Mulungu do Morro
Muquém de São Francisco
Nova Fátima
Paulo Afonso
Riachão do Jacuípe
Rodelas
Ruy Barbosa
Serra Dourada
Tanhacu
Uauá
Urandi
Valente
Vitória da Conquista

Ceará - 83 municípios

Acaraú
Acopiara
Altaneira
Alto Santo
Aquiraz
Aracati
Araipe
Barbalha
Barreira
Barroquinha
Beberibe
Bela Cruz
Brejo Santo
Camocim
Campos Sales
Cariré
Cascavel
Coreaú
Crato
Crateús
Croatá
Cruz
Deputado Irapuan Pinheiro
Ererê
Eusébio
Farias Brito
Forquilha
Fortim
Frecheirinha
General Sampaio
Granja
Groaíras
Guaramiranga
Horizonte
Ibiapina
Iguatu
Iracema
Irauçuba
Itaiçaba

Itapajé
Itapipoca
Itatira
Jaguaribe
Jaguaruana
Jati
Jijoca de Jericoacoara
Jucás
Limoeiro do Norte
Maracanaú
Marco
Massapê
Mauriti
Milhã
Miraíma
Missão Velha
Morrinhos
Ocara
Pacoti
Palhano
Palmácia
Pambu
Penaforte
Pereiro
Piquet Carneiro
Pires Ferreira
Poranga
Porteiras
Potiretama
Quixeré
Redenção
Russas
Salitre
São Gonçalo do Amarante
São João do Jaguaribe
São Luís do Curu
Sobral
Solonópole
Tabuleiro do Norte
Tauá
Tanguá

Ubajara
Várzea Alegre
Viçosa do Ceará

Espírito Santo - 8 municípios

Colatina
Jaguaré
Montanha
Mucurici
Nova Venécia
Pinheiros
Ponto Belo
São Gabriel da Palha

Minas Gerais - 16 municípios

Águas Vermelhas
Araçuaí
Bonito de Minas
Capelinha
Chapada Gaúcha
Claro dos Poções
Divisa Alegre
Jequitinhonha
Juvenília
Lassance
Montalvânia
Pai Pedro
Patis
Pirapora
Porteirinha
Turmalina

Paraíba - 32 municípios

Aparecida
Bananeiras
Bayeux
Bernardino Batista
Bom Jesus
Cabaceiras
Cabedelo
Campina Grande
Cubati
Cuité

82

AMAZÔNIA

805 MUNICÍPIOS
ELEGÍVEIS

611 INSCRITOS

Acre - 9 municípios

Bujari
Cruzeiro do Sul
Jordão
Mâncio Lima
Marechal Thaumaturgo
Rio Branco
Rodrigues Alves
Sena Madureira
Tarauacá

Amapá - 4 municípios

Calçoene
Macapá
Santana
Vitória do Jari

Amazonas - 15 municípios

Anamá
Benjamin Constant
Borba
Careiro da Várzea
Coari
Fonte Boa
Humaitá
Ipixuna
Itacoatiara

Itapiranga
Manacapuru
Manicoré
Maués
Nova Olinda do Norte
Presidente Figueiredo

Maranhão - 42 municípios

Açailândia
Afonso Cunha
Alto Parnaíba
Araioses
Bacabal
Bacabeira
Balsas
Barão de Grajaú
Barreirinhas
Buriti Bravo
Buriticupu
Caxias
Cedral
Chapadinha
Codó
Coelho Neto
Coroatá
Estreito

Governador Eugênio Barros
Humberto de Campos
Imperatriz
Itapecuru Mirim
Nina Rodrigues
Nova Iorque
Paraibano
Pastos Bons
Paulo Ramos
Pedreiras
Pinheiro
Pio XII
Porto Franco
Presidente Vargas
Rosário
São Domingos do Maranhão
São João do Soter
São João dos Patos
São José de Ribamar
Sucupira do Riachão
Timon
Trizidela do Vale
Urbano Santos
Vargem Grande

Mato Grosso - 30 municípios

Acorizal
Alta Floresta
Alto Taquari
Apiacás
Arenópolis
Barra do Bugres
Cáceres
Campo Novo do Parecis
Campo Verde
Cláudia
Comodoro
Cuiabá
Glória D'Oeste
Ipiranga do Norte
Jangada
Marcelândia
Matupá
Nobres
Nortelândia
Paranaíta
Pedra Preta
Pontes e Lacerda
Porto dos Gaúchos
Primavera do Leste

658 ENGAJADOS/
AVALIADOS

312 TOTAL DE
CERTIFICADOS

Damião
Dona Inês
Emas
Esperança
Frei Martinho
Juru
Lucena
Mogeiro
Monteiro
Nazarezinho
Nova Palmeira
Ouro Velho
Picuí
Pombal
Santa Helena
Santa Inês
Joca Claudino
São Francisco
São José dos Cordeiros
São Mamede
Solânea
Taperoá

Pernambuco - 35 municípios

Águas Belas
Arcoverde
Bezerros
Bonito
Brejinho
Cabrobó
Caruaru
Casinhas
Cedro
Flores
Ibimirim
Itacuruba
Itambé
João Alfredo
Lagoa Grande
Limoeiro
Orobó
Panelas

Petrolândia
Petrópolis
Poção
Salgueiro
Santa Cruz da Baixa Verde
Santa Maria da Boa Vista
Santa Terezinha
São Bento do Una
São Caitano
São José do Egito
Serra Talhada
Sertânia
Surubim
Tacaimbó
Tacaratu
Tuparetama
Venturosa

Piauí - 41 municípios

Acauã
Água Branca
Alagoinha do Piauí
Alvorada do Gurguéia
Aroazes
Arraial
Benedictinos
Bom Jesus
Buriti dos Montes
Caldeirão Grande do Piauí
Campinas do Piauí
Campo Grande do Piauí
Campo Maior
Capitão Gervásio Oliveira
Castelo do Piauí
Cocal
Conceição do Canindé
Curralinhos
Dom Expedito Lopes
Fronteiras
Hugo Napoleão
Ipiranga do Piauí
Itainópolis

Marcolândia
Monsenhor Hipólito
Olho D'Água do Piauí
Paquetá
Patos do Piauí
Paulistana
Picos
Pio IX
Piripiri
Santa Cruz do Piauí
Santa Rosa do Piauí
São Félix do Piauí
São João do Piauí
São Miguel do Tapuio
Simões
Sussuapara
Teresina
Vila Nova do Piauí

Rio Grande do Norte - 51 municípios

Acari
Afonso Bezerra
Alto do Rodrigues
Antônio Martins
Apodi
Baía Formosa
Bento Fernandes
Brejinho
Cerro Corá
Coronel João Pessoa
Currais Novos
Doutor Severiano
Parnamirim
Extremoz
Florânia
Guamaré
Ipueira
Itaú
Janduí
Jucurutu
Lajes

Lucrécia
Macaíba
Major Sales
Martins
Messias Targino
Nova Cruz
Olho-d'Água do Borges
Ouro Branco
Parazinho
Parelhas
Rio do Fogo
Passa e Fica
Pau dos Ferros
Portalegre
Serra Caiada
Riachão da Cruz
Rodolfo Fernandes
Santa Cruz
Santana do Seridó
São João do Sabugi
São José do Seridó
São Paulo do Potengi
São Tomé
Severiano Melo
Tenente Laurentino Cruz
Timbaúba dos Batistas
Upanema
Venha-Ver
Vera Cruz
Viçosa

Sergipe - 8 municípios

Aquidabã
Frei Paulo
Itabaiana
Itabaianinha
Lagarto
Propriá
Ribeirópolis
Simão Dias

83

294 ENGAJADOS/
AVALIADOS

192 TOTAL DE
CERTIFICADOS

Querência
Santo Antônio do Leste
São Félix do Araguaia
São José do Rio Claro
Sinop
Tangará da Serra
Pará - 39 municípios
Abaetetuba
Ananindeua
Augusto Corrêa
Aurora do Pará
Baão
Benevides
Canaã dos Carajás
Capitão Poço
Curuá
Curuçá
Goianésia do Pará
Irituia
Itaituba
Jacareacanga
Marabá
Marituba
Muaná
Novo Progresso

Novo Repartimento
Oriximiná
Ourém
Ourilândia do Norte
Palestina do Pará
Paragominas
Parauapebas
Placas
Santa Bárbara do Pará
Santa Cruz do Arari
Santa Isabel do Pará
Santarém
São Caetano de Odivelas
São Miguel do Guamá
Senador José Porfírio
Tracuateua
Tucumã
Tucuruí
Viseu
Vitória do Xingu
Xinguara

Rondônia - 18 municípios

Alto Alegre dos Parecis
Buritis
Cacoal

Cerejeiras
Corumbiara
Cujubim
Espigão D'Oeste
Jaru
Monte Negro
Novo Horizonte do Oeste
Parecis
Pimenteiras do Oeste
Presidente Médici
Santa Luzia D'Oeste
São Francisco do Guaporé
São Miguel do Guaporé
Seringueiras
Vale do Paraíso

Roraima - 5 municípios

Amajari
Boa Vista
Caracarai
Mucajaí
Rorainópolis

Tocantins - 30 municípios

Aliança do Tocantins
Araguacema
Araguaína
Araguanã

Arapoema
Babaçulândia
Brasilândia do Tocantins
Chapada de Areia
Colinas do Tocantins
Colméia
Dianópolis
Dois Irmãos do Tocantins
Goianorte
Guaraí
Gurupi
Juarina
Palmas
Palmeirópolis
Paraíso do Tocantins
Pedro Afonso
Pium
Porto Nacional
Recursolândia
Rio Sono
Santa Rita do Tocantins
Santa Rosa do Tocantins
São Valério da Natividade
Sítio Novo do Tocantins
Talismã
Xambioá







Realização

unicef  para cada criança

Parceria estratégica



Parceria no Semiárido



Parceria na Amazônia



Parceria na edição 2013-2016



www.selounicef.org.br